



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores
do Sistema Prisional

Diana Silva de Sousa

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA JOVENS EM CONFLITO COM A LEI:
POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A RESSOCIALIZAÇÃO**

Fortaleza – Ceará

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DIANA SILVA DE SOUSA

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A RESSOCIALIZAÇÃO.

Monografia apresentada como requisito para certificação do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do Sistema Prisional.

Orientador: Prof. Ms. Ronaldo de Sousa Almeida.

Aprovado em ____/____/____

Prof. Ms. Ronaldo de Sousa Almeida
Orientador

Diana Silva de Sousa
Orientanda

Prof.Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Profª Drª Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

Fortaleza – Ceará

2012

Dedicatória:

Aos meus pais, por terem permanecido ao meu lado, me incentivando a percorrer este caminho, por compartilhar angústias e dúvidas estendendo sua mão amiga em momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Considerando este trabalho como resultado de uma caminhada que ultrapassou os muros da Universidade, agradecer não será uma tarefa fácil. Para não correr o risco de ser injusta, agradeço antecipadamente a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de meus ideais. Individualmente, agradeço a algumas pessoas pela contribuição direta na construção desta monografia:

Ao professor Ronaldo Almeida pela sensibilidade de ter confiado em meu tema e aceitá-lo; por suas contribuições teóricas e as orientações durante essa caminhada.

Ao Alexandre Medeiros pela amizade que se fortaleceu com a distância com quem pude dividir minhas angústias e alegrias durante o curso, enfim, pelo apoio, incentivo, força, amizade, carinho que partilhamos durante nosso caminhar.

A todo o setor pedagógico e a direção do CECAL, que me receberam com carinho e pelo incentivo que me deram durante todo o trabalho, tanto nesta pesquisa quanto na nossa convivência.

Às minhas irmãs, Thiciana e Thatiana, pelo carinho e força que me dão, por estarmos sempre juntas nos momentos mais importantes da minha vida.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire.

RESUMO

Com o número cada vez maior de adolescentes em conflito com a lei, avalia-se, como são aplicadas as medidas socioeducativas, e se o trabalho desenvolvido nas instituições realmente ressocializa esses jovens de maneira efetiva. Ações educativa e profissionalizantes, a estrutura física e formação de recursos humanos são alguns dos aspectos implicados nesta questão. É com base nessa temática que se configuram nossas questões: Quais as metas desejadas com a internação desses adolescentes e o que está sendo aplicado dentro desses Centros Educacionais para que eles, em liberdade, possam cumprir seu papel de cidadão? Por que nem sempre faz diferença na vida desses jovens o tempo de internação, já que há um índice alto de rescendência desses jovens? Estarão os Centros Educacionais cumprindo seu papel de prepará-los para uma vida digna, assim como diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)? Nosso objetivo geral é Compreender o adolescente em conflito com a lei no campo pessoal, moral, ético e social e, analisar se as ações educativas contribuem de forma efetiva a sua reintegração na sociedade. De forma mais específica: analisar os fatores que desencadeiam ou caracterizam a conduta moral dos jovens infratores e o que os levaram a flexibilidade de valores, identificar as formas que os valores são trabalhados com os adolescentes no CECAL, além de mostrar as ações educativas desenvolvidas no CECAL que promovem a reintegração. Como percurso metodológico optamos por: pesquisa bibliográfica, mediante o estudo das obras de autores como Alberone (2000), Makarenko (1980), Foucault (1987), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase (2006) e Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990). Além de análise documental de dispositivos legais que abordam o adolescente em conflito com a lei e os prontuários do centro educacional pesquisado; e pesquisa de campo, do tipo estudo de caso.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados, entrevista semi-estruturada com um egresso e uma professora do centro. A pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro trata do histórico e diferenciação de valor, moral e ética. No segundo capítulo abordamos os dados históricos da legislação especial do adolescente em conflito com lei no Brasil, e no último analisamos a efetividade da medida de internação. Os resultados mostraram que a reinserção é possível, mas que ainda há um longo caminho a ser percorrido no tocante da prática para que possamos ressocializar esses jovens.

Palavras-chave: Jovem em conflito com a lei – Medida Socioeducativa – Valores.

Sumário

Introdução	7
1- Valor, ética e moral como possibilidade de ressocialização.....	10
2- Legislação especial do adolescente em conflito com a lei no Brasil...15	
2.1- O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	18
2.2- Proposta de atendimento ao adolescente em Conflito com a Lei no Ceará.....	20
2.3- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE	23
3- A ótica da ressocialização a partir da experiência de um do a egressos	27
3.1 – Cenário da Pesquisa	27
3.2- Bairro Planalto Airton Senna.....	30
3.3- Perfil do Adolescente que cumpre medida socioeducativa no CECAL.....	32
3.4- O relato de um dos ingressos	36
Considerações finais	56
Referências	61

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje as pessoas enfatizam a conquista de espaço, o lucro, *status*, e para que isso se concretize acabam deixando de lado valores convencionais como: o respeito, a verdade, a justiça e a paz. Elementos fundamentais para se viver junto. Devido à ideologia materialista, construímos uma cultura de acúmulo, de monopólio, de exclusivismo e ambição. Essa nova realidade, aos pouco foi ofuscando o brilho dos valores e enfraquecendo os padrões de comportamentos morais da sociedade vigente.

A distorção de princípios morais é uma das causas da crise em que vivemos no mundo moderno, marcado por desigualdade social, comportamento negativo e principalmente, a violência. Essa situação vivenciada hoje está, de certo modo, subsidiada por um discurso metódico de falsos valores os quais desvirtuam todos aqueles valores construídos na infância que devemos ser bons, humildes, puros, saber respeitar as diferenças, enfim lições de moral e ética.

A história da humanidade mostra que desde a antiguidade houve uma preocupação com as questões morais. A Filosofia, como grande ciência do período clássico da humanidade, foi a primeira a buscar respostas para o questionamento. A partir do momento em que as outras ciências começaram a se especializar e a se desvincular da filosofia, levaram consigo também o desenvolvimento da moral como assunto de suas pesquisas. A psicologia e a sociologia, porém, são das ciências que mais se aprofundaram no assunto. E nas duas áreas há vários estudiosos que se propuseram a explicar como se dá esse processo como, por exemplo, na psicologia Piaget e Kohlberg que se dedicaram a explicar como se dar o desenvolvimento moral. E na sociologia se destacam Durkheim e Weber.

A família, a escola, e a religião durante muito tempo ditavam os valores e definições sobre uma vida desejável. Mas parece que com o passar do tempo os valores adquiridos no seio da família, na escola e na religião vão perdendo o sentido, diante das transformações do mundo. Hoje tudo parece estar voltado para o consumismo, o individualismo e a coisas supérfluas. E são as formas que os valores não trabalhados levam o indivíduo a transgredir as leis que privam sua liberdade é o que pretendemos analisar.

Em Novembro de 2009, assumi o cargo de estagiária de pedagogia na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) locada no Centro Educacional Cardeal Aluísio Lorscheider (CECAL), uma instituição governamental que atende adolescentes, do sexo masculino entre 18 a 21 anos, em conflito com a lei privados de liberdade cumprem medida socioeducativa de internação, determinada por cometimento de ato infracional grave. Lá estou envolvida com atendimento pedagógico inicial dos adolescentes, elaboração de relatório pedagógico, atividades grupais com os jovens, acompanhamento pedagógico e reforço escolar.

Foi por ter a oportunidade de conhecer o mundo desses jovens, com valores invertidos, que me motivou a escolha desse tema. Antes sempre pensei na formação cidadã das crianças fundamentada na ética, na moral e nos valores. Devido a minha convivência com esses jovens me deparei com alguns questionamentos como, por exemplo: Quem são esses meninos? Serão esses jovens, aquelas crianças que não internalizaram os valores na infância?

Outra inquietação se refere ao cotidiano dos Centros Educacionais, quais as metas desejadas com a internação desses adolescentes e o que está sendo aplicado dentro desses Centros Educacionais para que eles, em liberdade, possam cumprir seu papel de cidadão? Por que nem sempre faz diferença na vida desses jovens o tempo de internação, já que há um índice alto de rescendência desses jovens? Estarão os Centros Educacionais cumprindo seu papel de prepará-los para uma vida digna, assim como diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)?

Esperamos com o presente estudo trazer contribuições para amenizar os problemas gerados pela ausência de valores, como a desigualdade social, preconceitos, desrespeito às diferenças e principalmente a violência. Trazendo questões sobre cidadania, ética, democracia vivenciada na sociedade pelos discentes dos Centros Educacionais, foi estabelecido como objetivos: Analisar como as ações educativas desenvolvidas no interior da Unidade de Internação contribuem de forma efetiva a reintegração na sociedade do jovem em conflito com a lei. Contextualizar historicamente conceitos de valores sociais e educacionais. Analisar em que medida esses jovens são conduzidos a uma reflexão sobre a suas vidas e comportamentos na sociedade, tendo por base a educação prisional; Identificar as formas que os valores são trabalhados com

os adolescentes no CECAL. Identificar as ações educativas desenvolvidas no CECAL que promovem a reintegração.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. A escolha pela pesquisa qualitativa se dá por acreditar, conforme Minayo (1994), que esta abordagem é responsável, nas ciências sociais, pela observação e análise de uma realidade não quantificável. A pesquisa buscará uma reflexão interpretativa dos dados coletados, a partir do diálogo entre estes e o referencial teórico estudado.

É cada vez maior o número de jovens envolvidos com a ilegalidade. As causas e motivações desse declínio de conduta e como ela pode ser paulatinamente trabalhada por processos educativos significativos dentro dos dispositivos legais destinados aos adolescentes em conflito com lei, é um dos objetivos desse trabalho. No primeiro momento trazemos o histórico e a diferenciação entre valor, moral e ética, na medida em que esses conceitos são construídos e internalizados. Já no segundo, traçamos uma linha histórica de como lei especial para os adolescentes em conflito com lei no Brasil e em especial no Ceará surgiu e se desenvolveu no decorrer dos anos. E no último tentamos traçar um perfil sócio-demográfico do jovem em conflito com a lei do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL, através de observação e pesquisa documental (os prontuários dos adolescentes) e entrevista semi-estruturada. E se a reinserção deles é possível.

1. VALOR, MORAL E ÉTICA COMO POSSIBILIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO.

A manifestação moral é tão antiga quanto à biografia da humanidade. O vestígio mais antigo de sua presença encontra-se na obra: *As máximas de Ptahotep (cerca de 2500 a.C)* que reúne adágios de *Ptahotep*, ministro de um faraó, foram criadas para orientar a educação do filho de seu rei. Elas traziam recomendações sobre lealdade, tolerância, cordialidade e acima de tudo, correta e lícita.

De acordo com Alberone (2000), os valores foram criados na vida social dos seres humanos, para servir de orientação e regularização das atividades entre as pessoas. Mas eles não são iguais em todo o mundo e nem em todo tempo.

As normas morais mudam de sociedade para sociedade e se transformam no curso da história. É difícil encontrar alguém que ainda acredite na existência de leis imutáveis, ditadas pelo próprio Deus e escritas sobre uma tábua de pedra. E nem se acredita que estejam gravadas de modo indelével na mente e no coração dos homens, bastando recorrer a elas com sinceridade para encontrar o caminho certo (ALBERONE, 2000, p. 05).

O autor afirma que os valores possuem características que são validadas em determinado contexto. Aqui mesmo no Brasil, no início do século XIX, era muito comum nos anúncios de jornais da época a venda de escravos. Fruto de uma cultura dominante de valores voltados para o físico, econômico e cultural representado por indivíduos de etnia dominante. (FREYRE, 1963).

Na antiguidade a vida em coletividade infligia limites e comprometimento, e assim surgiu a moral, para garantir que o comportamento de cada um estivesse de acordo com os interesses do grupo. Essa moral era coletiva, válida para todos da comunidade, mas não se estendiam além de seus limites. Quando as condições sócias – econômicas se alteraram e nasceu à propriedade privada essa moral primitiva tornou-se mais sofisticada.

Em um sistema social de regulamentação, a função moral é garantir o funcionalismo, e o equilíbrio da vida em associação dos seres humanos. E serve para servir de orientação e regularização das atividades entre as pessoas. Como as necessidades sociais variam com o tempo, ela não é igual em tudo o mundo e nem em todo tempo.

Os antigos gregos, por exemplo, sacrificavam as crianças deficientes. Para eles, tal conduta não era imoral, uma vez que os deficientes não correspondiam ao ideal de homem grego. As normas morais também mudam de sociedade para sociedade de uma mesma época e até mesmo no mesmo país. É o caso de alguns estados norte-americanos onde, ao contrário de outros, se admite a pena de morte. Esse relativismo explica-se em função das diferentes situações em que são aplicadas, ou seja, pelo seu caráter histórico da moral. A moral é histórica e possui características que são validadas em determinado contexto. Portanto, a ética, não é imutável e definitiva, mas sim como um fato, sujeito a transformações sociais.

Tudo hoje é competição. Entre indivíduos e entre sociedades. Pelo território, pela alimentação, pelo sexo, pela sobrevivência e pela perpetuação da espécie. Mas, afinal, o que é certo e o que é errado? O que é virtude e o que é vício? (ALBERONE, 2000, p. 06).

Para o sociólogo italiano, os valores são construídos para atender as necessidades de um determinado grupo em certo tempo. São através deles que as ações humanas serão baseadas e julgadas. Eles são construídos em definições do bem e mal. É através deles que somos guiados a fazer nossas escolhas. Pois eles estão presentes na forma como reagimos diante das coisas que acontecem em nossa volta. Nós sempre iremos nos encontrar em situações que nos causará dúvidas em relação a nossas escolhas em certos momentos. E são diante dessas dúvidas que se possa ver a importância da construção desses valores. Ou todos nós agiríamos de acordo com a primeira coisa que passe na cabeça. Se fosse assim não estaríamos vivendo em sociedade.

Não cabe a sociedade censurar tais costumes. É preciso levar em conta as relações que levaram o grupo a deliberar orientações sobre que é certo ou errado. É por essa razão que determinado ato pode ter sentido de forma

diferente se houver acontecido em uma metrópole, onde a sociedade é mais flexível, ou em uma cidadezinha de interior na qual a sociedade é mais dura.

Hoje em dia as pessoas confundem esses valores, principalmente quando o assunto envolve moral e ética. De acordo com o dicionário Hollanda (2002) a palavra ética vem do grego (*ethos*) e significa “ciência da moral; moral”; já na filosofia “disciplina filosófica que tem por objeto de estudo os julgamentos de valor na medida em que estes se relacionam com a distinção entre o bem e o mal” (HOLLANDA, 2002, p. 334).

Já a palavra moral deriva do latim (*morale*) significa:

Conjunto de costumes e opiniões que um indivíduo ou um grupo de indivíduos possuem relativamente ao comportamento; conjunto de regras de comportamento consideradas como universalmente válidas; parte da filosofia que trata dos costumes e dos deveres do homem para com o seu semelhante e para consigo; ética; teoria ou tratado sobre o bem e o mal; lição, conceito que se extrai de uma obra, de um fato, etc. conjunto das nossas faculdades psíquicas; o espiritual; relativo aos costumes; que diz respeito à ética; relativo ao domínio espiritual. (HOLLANDA, 2002, p.523).

Esses conceitos foram adquirindo significados erroneamente semelhantes no nosso cotidiano. A ética pode ser interpretada como a ciência da conduta moral dos homens na sociedade, enquanto a moral é modo corrente das normas ou regras adquiridas com o passar do tempo. E muitas vezes por não sabermos fazer essa distinção sempre estamos recriminando eticamente atitudes tomadas pelo o indivíduo em um momento crítico de sua vida.

Não faltam exemplos em nosso cotidiano em relação a dificuldades de tomar a decisão correta. Um jovem que furta de uma farmácia o remédio que o pai urgentemente necessita, é um exemplo disso. São situações como esta que os homens se vêem diante da importância da estrutura de seu procedimento de acordo com as normas que se julgam mais apropriadas de serem realizadas. Essas normas são praticamente impostas e só nos resta entender o porquê

devemos agir de uma maneira ou outra. E sem esquecer que qualquer decisão tomada passará por um julgamento.

Nossos valores morais servirão como nossos guias em momentos e temos várias opções de escolhas na nossa frente. É assim que construímos nossa existência. Como humanos estamos sujeitos a ações de dúvidas se sempre devemos agir conforme essas normas ou se devemos agir de acordo com o que nos deixaria feliz. Mas precisamos criar valores que permitam distinguir os comportamentos desejados e bons dos indesejados e maus. E assim podemos construir uma reflexão crítica sobre nossos valores morais.

No entanto muitas vezes por não sabemos fazer essa distinção sempre estamos recriminando eticamente atitudes tomadas pelo o individuo em um momento critico de sua vida. E por haver esses julgamentos sociais que torna se muito difícil tomar decisões significativas na nossa vida.

A sociedade acaba defendendo uma posição politicamente correta que ela mesma não respeita. Porém quando algum caso se torna público, com grande repercussão, a população traz de volta o discurso do que é correto, sem analisar o mundo de situações que levam alguém a realizar uma ação, trazendo sempre a questão de que a pessoa poderia optar, mas será mesmo que ela tinha escolha?

A seriedade do mundo moral evidencia-se pelo fato de que não existe vida social sem a presença de regras ou normas de comportamento. A obra realizada será moral ou imoral, conforme esteja de acordo ou não com a norma constituída. Assim, respeitar a propriedade alheia será considerado uma ação moral, uma vez que está de acordo com a norma “não roubar”. Já trapacear no jogo será considerado uma ação imoral, pois está infringindo, no caso, a honestidade.

Conforme Alberoni (2000) todos nós fazemos questionamentos sobre o bem e o mal. É por essa ação que podemos dizer que todos têm valores morais e possuímos ética. Os valores são que mudam entre grupos sociais, religiosos, região e tempo. É por isso que vemos que os valores estão sempre mudando. Hoje em dia é bem fácil aceitar uma mãe solteira do que há vinte anos. Mas é intolerância como essa que nós acabamos cometendo erros com os outros e perdemos a noção de estamos sendo justos ou certos. Outro questionamento que os valores trazem é em relação à liberdade. Até que

ponto o homem pode ir sem atingir o outro. De acordo com Érnica (2006, p. 01) “a liberdade pressupõe uma pessoa que interiorize as razões pelas quais se age, ou seja, um sujeito que se coloca como a causa última das próprias ações”

Ele afirma que liberdade é poder decidir com consciência o porquê tomamos essa decisão e não outra. Mas para atingir esse ponto temos que entender a razão de nossas ações, como: analisar a questão, ter consciência de que essa decisão pode provocar. Essa consciência vem da forma que damos sentido as coisas do mundo. É assim, que aumentamos nossas possibilidades de escolhas livres, caso, o contrario se não compreendemos o mundo que nos cerca diminuirá nossas escolhas. Mas a liberdade não depende só da nossa capacidade de percepção do mundo e preciso de um ambiente favorável para que isso ocorra. Os meios sociais em que vivemos é um exemplo de um meio que apresenta condições para a prática da liberdade. Érnica (2006, p. 01) ainda diz:

A liberdade permite que o sujeito tome decisões e possa ser o autor, em certa medida, de sua própria existência. Entretanto, para viver a liberdade, precisamos nos responsabilizar por ela, ou seja, a liberdade traz em contrapartida a responsabilidade. Somos livres para tomar uma decisão, mas devemos assumir a autoria daquilo que decidimos fazer.

O autor argumenta que essa dependência de liberdade e responsabilidade se justifica a mediada que nossas escolhas são feitas a partir de uma reflexão e compreensão do mundo. Ou caso contrário o processo de libertação não pode ser aplicado. A liberdade se deu em um processo de construção histórica que dependeu do trabalho humano. Em um mundo onde não há ações conscientes não é possível que haja liberdade, pois não haveria ação orientada a finalidades. Pois esse mundo seria restrito aos limites da natureza, onde quem mandaria seria a necessidade e a dependência.

No Brasil, as “tramóias e astúcias” com o objetivo de conseguir benefício sobre o outro, violando as normas, entraram na rotina de muitas pessoas. O “*jeitinho brasileiro*” não deixa de ser um exercício de ações imorais. O desrespeito e até a sensação de impunidade dá ao oportunismo á prepotência e ao imperativo do mais “esperto”. O que resulta na desmoralização da idéia de

justiça, um clima de receio generalizado e um estímulo a comportamentos inconvenientes.

2 . LEGISLAÇÃO ESPECIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL.

É importante voltar no tempo e entender a forma que vem caminhando a legislação brasileira ao que se refere à criança e ao adolescente desde o surgimento das primeiras leis penais até os dias atuais.

Em 1808 com a vinda da família Real para o Brasil é que teremos os primeiros registros de leis em nossas terras. Nessa época ainda vigorava o pensamento medieval onde as crianças eram vistas como um adulto em miniatura (ÁRIES, 1978) uma representação do pecado original, dessa forma os castigos corporais eram uma forma de correção e purificação. A infância terminava em torno dos setes anos de idade, quando então começava a vida adulta. A partir dessa idade qualquer crime cometido era severamente castigado sem qualquer distinção entre os adultos. 'A única diferença era que a 'menoridade' acabava sendo um atenuante à pena, eximindo-o da pena de morte e a redução da pena.

Em 1830 é instituído no Brasil, o Código Criminal do Império que trouxe duas novidades referentes à pena aplicada aos jovens que violassem as leis. A primeira delas é os jovens que se encontrava na faixa etária entre sete e quatorze anos de idade, eram considerados absolutamente incapazes de responder por tais atos. Para julgar esses jovens, os magistrados utilizavam critérios psicológicos e se ficasse comprovado que eles não possuíam o discernimento entre o bem e o mal, eram recolhidos em casas de correção e não mais nos mesmos estabelecimentos destinados aos adultos nos quais só podiam ficar recolhidos até aos dezessete anos, caso o contrário eles eram penalmente responsáveis e podiam ser condenados de acordo com o código penal vigente. Essa foi à segunda mudança.

Art. 13. Se provarem que os menores de 14 anos, que tiverem cometido crimes obraram com discernimento, deverão ser recolhido á casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á de dezessete anos. (*Código Criminal do Império do Brasil, 1830*).

Esse código vigorou até 1890, quando se iniciou o período Republicano em nosso país e devido a uma série de mudanças no contexto social. Com o fim da escravidão se fez necessário a elaboração de uma nova constituição que substituísse a do Império e juntamente com ela veio o Código Penal Republicano que estipulou a inimputabilidade criminal até os nove anos de idade, e os que se encontravam abaixo dessa faixa etária, jamais, poderiam ser tratados como criminosos. Já os maiores de nove anos e menores de quatorze anos, estariam submetidos a uma avaliação psicológica subjetiva, caso fosse considerados conscientes do crime seriam condenados como adultos, assim como na Lei anterior. 'E para aqueles que não possuíam discernimento sobre a falta comentada eram mandados para estabelecimentos disciplinares industriais, onde não poderia exceder 17 anos'. (PEREIRA JÚNIOR, 2004).

O Código Criminal de 1890, trás em seu art. 27, que diz:

Não são criminosos:

§ 1. ° Os menores de nove anos completos;

§ 2. ° Os maiores de nove e menores de quatorze, que obrarem sem discernimento;

Essa nova forma de atendimento a esses jovens foi sendo moldada através de inúmeros decretos, alguns baseados nas inovações legislativas como a associação entre Justiça e Assistência e também influenciado por políticas especializadas para o menor infrator em um esfera internacional que ajudou a consolidar o Código de Menores em 1927, que concretizou as leis de assistência e proteção as crianças e aos adolescentes; Estabeleceu a maior idade dos dezoitos anos e reafirma que o jovem abandonado ou infrator será submetido ao regime estabelecido pelo o código; eximiu qualquer processo penal aos abaixo de quatorze anos e determinou que entre quatorze e dezoito anos seriam submetidos ao processo especial, que visava manter o controle sobre esses jovens através de aparatos como: tutela, guarda, vigilância, reeducação, reabilitação, preservação, reforma e educação.

Em 1940, os casos envolvendo infratores juvenis já apontavam para um grande problema social e houve a necessidade de uma reforma no Código Penal do nosso país, e no seu Art. 27, trouxe a imputabilidade penal aos dezoitos anos de idade, baseando-se somente no critério biológico para tal mudança. Os que se encontravam abaixo dessa faixa etária passaram a ser

considerados imaturos e estavam sujeitos somente a uma ação corretiva da legislação especial.

Diante das transformações sociais se fez necessário arquitetar um Código de Menores com caráter sócio – jurídico que realmente atendesse de forma eficiente essa demanda de jovem que infringiam à lei. Somente em 1979, a Lei 6.697, estabelece o novo Código de Menores que foi elaborado sob forte influência da Declaração dos Direitos da Criança e do controle militar vigente no país nessa época. Ela trouxe mudanças no âmbito da assistência e da proteção dos menores.

Esse novo código não demarca os direitos e garantias para essa população, sob o argumento de que o Estado, sempre regularizaria a sua situação através da substituição da família natural pela instituição e da sua reinserção na sociedade pelo o trabalho. (RANGEL E CRISTO, 2004)

Depois desse código o jovem que se encontrava em situação de risco como: abandono, mendicância, que possuíam a família desestruturada, passou a ser responsabilidade do Estado, o que legitimou a intervenção dele sobre suas vidas. Esses jovens saíam da tutela da família e eram levadas ao juiz de menores que tinha o poder de decidir como e onde eles ficariam. Esses jovens eram levados para as mesmas instituições que os menores infratores. Segundo Rizzini e Rizzini

[...] a intervenção sobre as famílias pobres, promovida pelo Estado, desautorizava os pais em seu papel parental. Acusando-os de incapazes, os sistemas assistenciais justificavam a institucionalização de crianças. Os saberes especializados vieram confirmar a concepção da incapacidade das famílias, especialmente as mais pobres, em cuidar e educar seus filhos e foram convocados a auxiliar na identificação daquelas merecedoras da suspensão ou cassação do pátrio-poder. (2004, p.70)

E finalmente com a reformulação da nossa Carta Magna em 1988, agora sim voltada para as questões dos direitos humanos de todos os cidadãos brasileiros, trouxe em seus artigos a política de Proteção Integral,

especialmente a criança e ao adolescente, ao estabelecer o dever de proteção pela família, sociedade e Estado.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 1988).

Dois anos após a promulgação da Nova Constituição brasileira foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990), nos moldes da Constituição Federal (C.F) que garante dar proteção integral a criança e ao adolescente assim consagrando a Doutrina de Proteção Integral, aconselhada pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente

Sancionado em 13 de julho de 1990, foi uma grande vitória do movimento de direitos humanos no sentido que, finalmente o Brasil tinha um conjunto de leis que beneficiasse essa parcela da população, que dava a ela os mesmos direitos dos adultos, mas reconhecia também sua “vulnerabilidade e hipossuficiência psicossocial” (RANGEL e CRISTO, 2000) e, portanto, a necessidade de que se protegesse sua integridade física, psíquica e social.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA)

Ele dota o nosso país de uma nova Lei que vem dar proteção a vida e garantir o desenvolvimento de todas as nossas crianças e adolescentes, em especial aqueles em situação de risco. A nova política social apresentada no ECA trouxe mudanças tanto no âmbito jurídico quanto na esfera do Estado que se compromete a oferecer assistência total, pública, gratuita e geral à

criança e ao jovem de acordo com a necessidade que cada uma dessas fases necessitam para o seu amplo desenvolvimento.

O Estatuto foi dividido em duas partes. A primeira dela trata da proteção dos direitos fundamentais a pessoa em desenvolvimento e a segunda trata dos órgãos e métodos protetivos, do qual iremos tratar somente da aplicação das medidas socioeducativas e em especial a de intermação.

O ECA dispõe em seu Art. 2º delimita como criança e do adolescente, definido como criança a pessoa até 12 anos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. (ECA, 1990)

Excepcionalmente quando disposto na lei, o ECA é aplicável aos que se encontram em dezoito e vinte e uma anos de idade, como por exemplo, na situação do prolongamento da medida de internação ate os vinte e um anos de idade.

Segundo o Art. 228, da Constituição Federal de 1988, os menores de dezoito anos, são penalmente inimputáveis, sujeitos às medidas previstas na Lei contida no ECA, ou seja estão diretamente vinculados ao Direito Penal Especial. Até o advento da Constituição da República de 1988 e da Lei Federal nº 8.069-90, as leis não faziam qualquer distinção entre criança e adolescente, sendo todos tratados como menores, infantes, ou jovens.

O art. 112 da Lei 8069-90 prevê a aplicação das seguintes medidas socioeducativas para adolescente em conflito com a lei: advertência; obrigação de reparo ao dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Elas têm como objetivo a reinserção social dos jovens atendidos para que aja uma efetiva integração social.

Após a promulgação do ECA, o ato ilícito cometido por menores de 18 anos e maiores de 12 anos são reconhecidos como atos infracionais. Em seu art. 103 diz: “Considera-se ato infracional a conduta como crime ou contravenção penal. Ou seja, o ato ilícito praticado por jovens nessa faixa etária é comparável ao que é definido pelo o Código Penal, como crime.

O ECA diz que quando um adolescente é autor um ato infracional, deve ser levado ao Juiz da Infância e da Juventude, que fará uma análise do caso e segundo seu estudo e a natureza do ato cometido, o juiz aplica a medida socioeducativa que mais se adéqua ao caso.

A medida socioeducativa mais severa é a de internação, já que priva de liberdade os autores de atos infracionais de natureza grave. O ECA no seu art. 122 orienta que:

A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. §1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses. §2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação havendo outra medida adequada.”].

Essa medida é aplicada aos adolescentes sujeitos ativos de atos infracionais graves. E recomenda o Estatuto que deve ser cumprida em um estabelecimento educativo com finalidade de formar cidadãos. Cada um deles deve possuir designação própria, com jeito e proposta identificada por uma equipe de profissionais multidisciplinar preparada para este trabalho como: pedagogos, professores de várias áreas (educacional e profissional), assistentes sociais, psicólogas, socioeducadores e os próprios adolescentes internos.

2.2 Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei no Ceará

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, educação é direito garantido todas às crianças de zero a onze anos de idade e aos adolescentes

de doze a dezessete anos de idade, disposta nos artigos 205 a 214, e fortalecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei 8069/90, art. 53 e incisos. Conforme o ECA, o adolescente privado de liberdade é, sujeito de direitos, além disso, ele é um ser pessoa em desenvolvimento e, por fim, prioridade do Estado. Sendo a educação um direito fundamental, se o adolescente se encontra em custódia do Estado também tem direito.

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial instituída pela resolução nº 02/2001 (p, 43- 44) diz que

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida como destinada apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação.

Hoje, com a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais, afirma-se o compromisso com uma nova abordagem, que tem como horizonte a Inclusão.

Dentro dessa visão, a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são freqüentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares.

Influenciado por essas novas referências em 2002, entendendo que essas casas precisam de metodologias que favoreçam mudanças significantes no comportamento, atitudes, mentalidade e principalmente nos valores adquiridos socialmente que o Governo do Estado do Ceará, na administração do Sr. Lúcio Alcântara, apresentou a sociedade uma Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, que deu novo norte as concepções pedagógicas das instituições educacionais que atendem o jovem privado de liberdade.

Essa proposta deve levar em conta a condição de ser em formação dos adolescentes, cuja história de vida é marcada por ressentimentos, insegurança, preconceito, raiva, e tantas outras experiências que geram traumas, violência, situações que favorecem mudanças de valores, que reflete diretamente nas atitudes. Não descuidando dos conhecimentos relativos à escolarização formal, e ações educativas que promovam cidadania. Esse jovem deve ser contemplado por um conjunto de ações propostas pela instituição educacional que lhe recebe, buscando à formação de um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. (Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei no Ceará)

Assegurando o direito à educação desses jovens a proposta conta com um referencial teórico-metodológico a ser seguido por todos os Centros Educacionais do Ceará. Cabendo a eles executar e elaborar seu plano de ação seguindo seis referências básicas presentes na proposta de atendimento.

EDUCAÇÃO – processo de construção de conhecimentos, atitudes, competências, habilidades e valores sociais, que fluam em uma vivência cidadã e de aprendizagem, na qual direitos e deveres se entrecruzam desenvolvendo a consciência crítica da realidade e a conseqüente ação transformadora. **INSTITUIÇÃO EDUCATIVA** – instância social mediadora e articuladora do projeto de homem e de sociedade a seguir descritos. Espaço acolhedor; motivador de vontade de enfrentar e vencer desafios; inovador; alegre e interessante; fomentador da participação, criatividade e cooperação; mobilizador do assumir consciente, do diálogo, da iniciativa pessoal e coletiva; essencialmente, espaço de desenvolvimento dos referenciais teórico-metodológico da proposta pedagógica. Pólo disseminador de cultura. Instituição cidadã. **APRENDIZAGEM** – processo em que se supera a concepção transmissiva e cumulativa de conteúdos, e se avança para uma concepção de aprendizagem significativa em que os educandos, auxiliados por professores e outros atores sociais ou até mesmo sozinhos, constroem significados e atribuem sentido ao que aprendem. **CONHECIMENTO** – resultante de um processo interativo em que o sujeito se relaciona com o objeto, modificando-o e sendo por ele modificado. **HOMEM** (pessoa humana) – sujeito que faz a história. Pessoa que pensa, faz bom uso do raciocínio lógico, crítica, cria, ousa, se emociona; é curiosa, reflexiva e investigadora; solidária e cooperativa; livre de preconceito; integrada no tempo e no espaço; construtora da sua realidade; construtora da sua realidade; construtora de paz; cidadã. **SOCIEDADE** – humana, solidária, incluyente, justa,

democrática, decidida a construir a paz. (PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NO CEARÁ, 2002. p. 34 E 35)

O processo de escolarização desses jovens deve considerar toda a bagagem cultural trazidas pelas experiências deles, atendimento diferenciado da escola regular. Devido à dinâmica dessas Instituições e a heterogeneidade do grau de conhecimentos desses adolescentes a escolarização ofertada é na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em razão, da flexibilidade de tempo e procedimentos que a legislação permite. Os professores pertencem ao quadro de magistério da Secretária da Educação Básica do Estado (SEDUC) e são lotados por pelas áreas de conhecimento: linguagens e códigos, ciências naturais e matemática e ciências humanas. Além de contar com um professor de arte-educação e um professor de educação física.

Segundo a Proposta de atendimento os Centros Educacionais do Ceará devem ofertar atividades que estimulem a criatividade, ocupando o interno físico e mentalmente. As atividades físicas fazem parte do programa de educação física e tem a intenção de manter a saúde física e mental. Mesmo em situações críticas a atividade esportiva trás ao jovem a oportunidade de se divertir, brincar, jogar, relaxar, além de encontrar no esporte autonomia pessoal, colaboração, integração social e a afirmação de valores democráticos de cidadania. Esse tipo de atividade ainda propõe a esses meninos a possibilidade de se expressar, de realização pessoal e desenvolvimento como individuo e como membro de grupo. Através a formação de equipes times que buscam por objetivos comuns é trabalhada a lealdade e a não violência.

Toda essa proposta de atendimento deverá ser revisada e reformulada, para atender todas as mudanças previstas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), quando este for regulamentado. Já que um dos seus objetivos é padronizar a nível nacional a forma de atendimento aos jovens em conflito com a lei.

2.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE

Com a consolidação do ECA e as mudanças de paradigma, trouxeram uma ampliação das responsabilidades do Estado e da Sociedade Civil em

relação ao Sistema Socioeducativo. Como o próprio ECA reza, o adolescente é um ser a ser feito/ moldado, e ao se tornar autor de um ato infracional, é dever de todos assegurar, a esse jovem, a oportunidade de reconstrução dos seus sonhos e projetos de vida, de forma eficaz e eficiente, onde ele comece a se reconhecer como parte da sociedade, que antes, mantivera os olhos fechados para realidade que ele estava inserido. Essas novas perspectivas repercutem diretamente nas políticas públicas e sociais que cuidam dos adolescentes em conflito com a lei.

Devido ao aumento desenfreado de internações de adolescentes enquanto autor de ato infracional e as diversas formas de interpretações do Estatuto, em relação a aplicações dessas medidas, tornou-se necessário uma maior fiscalização e monitoramento dos Programas de Execução Socioeducativos. Nesse sentido foi pensado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, um documento que servirá como bússola para as diretrizes de caráter pedagógico presentes no Estatuto. Ele é fruto de inúmeras discussões teóricas que envolveram várias instancias governamentais, representantes de entidades além de especialistas na área, tendo como luz os acordos internacionais sobre direitos humanos dos quais nosso país é signatário.

O SINASE é um plano conceitual teórico que foi aceito pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 2006 e tem como base os princípios dos Direitos Humanos. Ele tem por objetivo implantar normas que padronize o modo de agir do poder jurídico, político e pedagógico, quando o assunto envolve menores de idade. Essas normas devem ser aplicadas desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas.

O SINASE se constitui como guia na implementação das medidas socioeducativas, completando um conjunto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve desde do processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa". Manual do Socioeducador

Reza o Sistema que os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógica para as entidades de atendimento que executam a internação no cumprimento da Medida Socioeducativa de privação de liberdade devem

propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores para a participação na vida social.

O SINASE trás indicações sobre as dimensões básicas a serem adotadas pelas as unidades de atendimento das Medidas Socioeducativas, visando à concretização de uma prática pedagógica sustentável. A primeira delas diz respeito ao espaço físico, infra-estrutura e capacidade de atendimento. Cada Centro educacional deve possuir um espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico.

A segunda diretriz fala do desenvolvimento pessoal e social do adolescente. Toda a evolução pessoal, social e educacional do adolescente deve ser acompanhada por todo o tempo da internação, sendo o instrumento de maior importância do acompanhamento, a elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA que deve constar as metas e compromissos sacramentado com o adolescente e sua família durante o cumprimento da Medida Socioeducativa.

A oferta e garantia dos direitos relativos à alimentação de qualidade; vestuário; higiene pessoal e demais necessidades pessoais demandadas. È contemplada na terceira diretriz do atendimento básico socioeducativo.

Como outra dimensão de atendimento, figura o acompanhamento técnico, dito como imprescindível a composição de um corpo técnico composto de uma equipe multiprofissional, com conhecimento teórico-prático em relação à especificidade do trabalho a ser desenvolvido.

Outra estratégia fundamental as Unidades de Atendimento, prevista no sistema, são as alianças e parcerias que tem por objetivo buscar articulação com as organizações governamentais e não governamentais e com a sociedade civil organizada para facilitar a inclusão dos adolescentes no convívio social.

O processo de construção dos parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo, organiza a ação socioeducativa em eixos estratégicos, favorecendo o desenvolvimento da articulação e o estímulo à prática da

intersetorialidade, através das parcerias como a educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer (BRASIL, 2006).

Cada uma das normas presentes nas diretrizes do programa podem ser direcionadas a todas as entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas, assim como na internação provisória, como também, serem direcionados especificamente a cada modalidade de atendimento socioeducativo previsto pelo ECA.

Como vimos às prioridades do SINASE se resumem as melhorias no que se refere à educação, saúde, lazer, cultura, esporte e profissionalização. Para que isso ocorra, ele se propõe a fazer várias mudanças para a melhoria da aplicação das medidas socioeducativas, principalmente em relação as medidas de regime fechado. Algumas das exigências que ele faz não condiz com o quadro de superlotação dos Centros Educacionais como: a orinetação de que cada unidade de atendimento em regime fechado atenda, no máximo, a 90 adolescentes por vez, e que cada quarto deve ser ocupado por apenas três jovens. Para que isso se contretize ele prever mudanças na arquitetura dessas unidades, que deverá dar preferencia as construções horizontais, trazendo espaços para atividades físicas. O projeto ainda especifica quais são as parcelas responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal em relação à aplicação das medidas e a reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei.

O Estado é responsável pela execução das medidas privativas de liberdade na capital e municipios onde estão implantos os Centros de Semiliberdade Regionais, cabendo aos mucipicios a responsabilidade pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto. (Célula das Medidas Socioeducativas)

Criado na intenção de operalizar o Estatudo, o SINASE somente após seis anos de sua apresentação a sociedade e depois de varias avaliaoões do Congresso. Em 19 de Janeiro de 2012 ele tornou-se Lei.

3. A ÓTICA DA RESSOCIALIZAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UM DOS EGRESSOS.

O sujeito da pesquisa foi o adolescente que cometeu ato infracional e que cumpre medida socioeducativa no Centro Educacional Cardeal Aluísio Lorscheider (CECAL), unidade para o jovem do sexo masculino, de 18 a 21 anos privados de liberdade. Instituição governamental mantido pela a Secretária do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS). Localizado no bairro Planalto Airton Senna na periferia da capital Alencarina¹. Como instrumento de coleta de dados foi usado a observação e entrevista semi-estruturada.

O fato de eu trabalhar com jovens em conflito com lei, fez com que despertasse interesse por essa temática. A escolha deve-se pela facilidade de coleta de dados, já que tenho vínculo trabalhista desde 2009 e também porque o CECAL foi o primeiro centro educacional a se preocupar com o viés da profissionalização industrial.

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico e a revisão deste, para embasar o referencial teórico do trabalho, buscando compreender suas abordagens sobre o tema. De acordo com Gil (1999, p-65), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sendo assim, os teóricos pesquisados subsidiarão os conhecimentos acerca do objeto de estudo, com base científica e acadêmica como Alberone (2000), Makarenko (1980), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase (2006) e Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990).

Finalmente, faremos uma análise da pesquisa de campo como o referencial teórico a fim de propor novas alternativas de realização dessa educação voltada para a cidadania.

3.1 Cenário da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL, unidade de internação que atende adolescentes do sexo

¹ Cidade de Fortaleza, onde nasceu o escritor José de Alencar.

masculino privados de liberdade. Foi inaugurado em 2000, e mantido naquela época, pela extinta Secretária da Ação Social, hoje Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, uma instituição governamental do Estado do Ceará.

O CECAL é localizado na periferia da cidade de Fortaleza-CE, no bairro Planalto Airton Senna, entre os anos 2000 – 2005 o centro atendia jovem de 14 a 18 anos do sexo masculino, que conforme o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, que eram sentenciados a cumprirem medida de internação, por determinação judicial, devido à natureza grave dos atos infracionais cometidos. Porém no final do ano de 2005, o CECAL foi organizado para receber somente adolescentes de 18 a 21 anos que cumprem extensão de pena.

O CECAL conta com 400 metros quadrados de área construída, sua área externa é totalmente cercado com muros de 8 metros de altura que possui 10 guaritas das quais somente duas são alimentadas, devido à falta de homes para guarnição, a solução encontrada foi manter um policial para observação para a ala um e outro para ala dois.

Na entrada encontramos a guarita e os portões que dão acesso ao estacionamento para os funcionários e a entrada principal da instituição que conta com uma rampa de acesso para cadeirante. No hall de entrada, ao lado direito encontramos bancos de cimentos com almofadas azuis onde as visitas aguardam o momento que vão entrar e encontrar com o adolescente e do lado esquerdo encontramos a recepção para informações.

Em seguida, vemos as primeiras grades, portões e cadeados que dá acesso pelo corretor à direita as salas de: ligação onde os adolescentes fazem ligações para a família a cada quinze dias, de monitoramento onde há equipamentos de ultima geração que captam dos os movimentos das câmeras espalhadas na unidade, de reunião com ampla mesa além de um quadro com todas as atividades mensais da Unidade e um organograma com as competências de cada cargo exercido na casa, da direção da casa, a secretária, banheiros para os funcionários e ao fundo o refeitório também para os funcionários, fechado por uma porta vai-vem; nele encontramos várias mesas e uma imensa para as refeições, sem seguida a cozinha, a lavanderia, e o almoxarifado.

No segundo bloco de grades com portões e cadeados também dá acesso a um corredor a direita onde se encontram um quarto em reforma, onde irá funcionar a rádio interna da unidade, e um quarto denominado de venustério, com cama e banheiro privativo é nesse local que os adolescentes recebem visitas íntimas; no mesmo corredor localizam-se a sala da Direção, da Psicologia, da Pedagogia, duas salas para o Serviço Social, o Consultório Dentário e a sala de Enfermagem. Neste mesmo bloco identificamos um local amplo onde as visitas são recebidas, com bancos de cimentos, apenas uma da parte do local é coberta, lá também encontramos um banheiro e um jardim.

Entre o primeiro e o segundo bloco de grades encontra-se a recepção interna e a sala de revista onde são feitas revistas íntimas nos adolescentes antes de irem para a visita e quando voltam da visita, além da revista em todo o material, alimentos que as visitas levam para os internos.

No terceiro bloco de grades com portões e cadeados dá acesso ao interior da Unidade, que é dividido em duas alas: ala 1, também chamada de ala das salas de aula e ala 2, conhecida como ala as oficinas ou fábricas. Cada ala possui seu próprio refeitório, sua quadra coberta e seu campo de futebol. A ala 1 comporta sete salas de aulas de tamanhos variáveis, dois pátios, a sala dos professores, uma biblioteca e a sala da pedagogia. Há também um templo ecumênico que é comum as duas alas, ele recebe os jovens nas celebrações religiosas e nas comemorações juntamente com as famílias dos jovens como: Páscoa, Dia das Mães, dos Pais, Natal, Formatura dos jovens aprendizes e outros. Na ala 2 funcionam as salas de aulas das oficinas e a fábrica MARISOL.

O CECAL também é composto por 7 blocos onde cada um deles possuem 10 pequenos dormitórios com um banheiro somente com aparelho sanitário enterrado no interior piso, um pequeno pátio, um galpão coberto onde fica a televisão além de um quarto com banheiro onde fica o educador-denominado pelo plantão do dia*, e um banheiro coletivo com lavatório e chuveiro. Os dormitórios foram projetados para acomodar apenas uma pessoa, já que só conta com uma cama de alvenaria, caso fique mais que um jovem em um mesmo dormitório um deles terá que se acomodar em um colchão no chão. Os blocos possuem televisão, bebedouros e caixas de som – o som é monitorado pelos educadores. Não existindo móveis, cadeiras, mesas ou

qualquer tipo de objetos onde os jovens possam fazer as refeições ou assistir televisão. A distribuição dos adolescentes nos blocos é feita conforme o ECA, que leva em consideração a idade, compleição física e a natureza do ato infracional. Ressaltando que tudo é rodeado por grades: a entrada dos blocos, a monitoria, as salas de aulas, as de oficinas, os dormitórios. Além disso existe o monitoramento por câmeras que abrangem quase todos os lugares da casa como: a parte externa dos blocos e parte interna, dispensando apenas os dormitórios e banheiros, os corredores, as quadras e os campos de futebol.

Os recursos investidos nessa instituição de âmbito Estadual tiveram com prioridade consolidar o atendimento ao adolescente em conflito com lei levando em conta seu projeto em consonância com as diretrizes do ECA.

O quadro de funcionários consta com aproximadamente 140 profissionais; entre eles: 1 diretor, 2 coordenadores de disciplinas; 8 técnicos (2 coordenadores pedagógicos, 3 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 odontólogo), professores do ensino fundamental, médio e das oficinas e fábricas, educadores sociais, cozinheiras, policiais militares além de estagiários.

3.2 O Bairro Planalto Ayrton Senna

Até meados da década de 1990, no bairro hoje nomeado de Planalto Ayrton Senna, só existia latifúndios, dos quais se desconhecia os proprietários. Devido ao crescimento urbano que o nosso país passava essa época, esse espaço passou a ser ocupado por uma população vinda do interior do Estado e até mesmo de outros bairros da cidade de Fortaleza. Logo o local foi denominado de Pantanal pelos novos habitantes.

O nome era aluviso à novela, homônima e contemporânea, da extinta TV Manchete, devido a semelhança vegetal com o espaço que foi ambientado, o Pantanal Mato-grossense. (BRAGA, p 1)

Devido à ocupação de terras privadas, a população se via em uma série de entraves com o Estado, que por longos anos deixou a população desprovida de estrutura de saneamento básico, pavimentação, água e ate energia elétrica. O que só aumentava os problemas econômicos da região. E esse era o motor

dos altos níveis de criminalidade apresentado nessa época. Nessa época um grupo de moradores se mobilizou e fundou a União de Moradores do Pantanal-UMP, que tinha por objetivo lutar contra os problemas sociais que a região estava imersa.

A situação se tornou mais crítica em 1993 quando um grupo de extermínio formado por três policiais civis executou três jovens com idade entre 12 a 16 anos, numa das ruas da até então Favela do Pantanal, o fato foi denominado pelos meios de comunicação como a Chacina do Pantanal.

Na época da Chacina, surgiam em Fortaleza os primeiros programas televisivos policiais. O Barra Pesada (da TV Jangadeiro) e o Aqui Agora (da TV Cidade) são exemplos de programas que exploraram exaustivamente a criminalidade e a pobreza do bairro, contribuindo, assim, para a construção de uma imagem negativa do Pantanal. (BRAGA)

Com a finalidade de desvincular esse ferrete de violência, criminalidade e miséria do local, em 2001 uma liderança comunitária cansada de todos esses estigmas vinculados ao local se reuniu com outros moradores e organizaram um plebiscito popular local, com a intenção de eleger um nome para comunidade. Uma forma de pressionar os vereadores de Fortaleza a oficializar o bairro. Em julho de 2001, a lei municipal 8699/03 finalmente a região ganhou o status de bairro e recebeu o nome de Planalto Ayrton Senna (após consulta popular).

Mesmo com a mudança do nome e a elevação de categoria a bairro, ter crescido em número de habitantes e pontos comerciais o local ainda é carente e apresenta problemas básicos que precisam ser sanados como: a estrutura de saneamento básico, uma boa parte das casas não possui rede de esgoto ou energia elétrica é muito comum vermos ligações clandestinas feitas nos poste de iluminação pública as casas, muitas ruas não possuem asfalto e ainda existem ruas sem pavimentação. Só existe um posto de saúde para atender toda a população e apenas duas linhas de ônibus que rodam no local. Essas questões são de competência da regional V, que parece manter os olhos fechados para essa população.

Outro ponto que também precisa ser revisto é a violência é comum ouvir relatos dos moradores sobre cenas de assassinatos, tiroteios e pessoas feridas

por balas perdidas, perseguições policiais. A sensação que se tem é que mesmo depois da maioria da “Chacina do Pantanal” pouca coisa mudou em relação a esse aspecto o bairro Planalto Ayrton Senna ainda é um dos territórios da criminalidade em Fortaleza.

3.3 Perfil do Adolescente que cumpre medida socioeducativa no CECAL

Em uma visão mais ampla, podemos dizer que a grande maioria dos jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no CECAL, oscila entre a classe média baixa para a baixa. Começaram a cometer os atos infracionais muito cedo entre a faixa etária de 13 a 15 anos de idade, esse período já haviam abandonado a escola e por isso apresentam baixos níveis de escolarização. Um dado interessante observado na pesquisa é que os jovens em conflito com a lei, em sua maioria foram afugentados do sistema educacional quando se encontravam na liberdade.

Conforme Assis (2005) em 2002 cerca de 51% dos adolescentes que cumprem medida de internação no Brasil haviam deixado de freqüentar a escola. Porém segundo os dados levantados durante os meses de observação e checando todos os prontuários e conversas informais com os familiares desses jovens, chegamos ao seguinte resultado: Em um universo de 130 adolescentes, apenas cerca de 20% dos jovens, ou seja, aproximadamente 26 dos jovens internados freqüentavam a escola na época em que cometeram o ato infracional.

Observamos também que a evasão escolar, nesse grupo, é mais acentuada no ensino fundamental, as estatísticas apontam que aproximadamente 93,86% (111 jovens) internos deixaram de ir a escola nesse nível escolar. Verificamos que a escapula nas primeiras séries do ensino fundamental foi de 41,5 % (54 jovens) e nas séries mais avançadas desse nível foi de 43,7% (57 jovens). E o quadro é mais desolador quando olhamos para o ensino médio que somente 8,4% (11 jovens) que chegam à unidade estão nesse nível escolar.

Tentamos investigar os motivos que levaram os adolescentes a abandonar a escola, mas eles não gostam muito do assunto quase não falam quando são perguntados sobre isso. Contudo com a nossa convivência tanto

com os meninos e com o quadro de professores acabamos pontuando algumas causas: 1) A falta de perspectiva futura em relação aos estudos; 2) O não acompanhamento e a falta de incentivo por parte dos pais dos internos; 3) Por trabalharem o dia todo; 4) O uso de drogas; 5) Ameaças de morte na escola.

No tocante a profissionalização desses jovens, percebemos que praticamente não há formação nesse sentido observamos que apenas uma pequena porcentagem dos jovens internados possui experiência laborativa antes de cometer o ato infracional. Fazendo um epítome das funções desempenhadas pelos internos, observamos que a maioria delas se desenvolveu no mercado informal; sem qualquer vínculo trabalhista e com baixos salários.

Devido ao grau de instrução dos adolescentes a maioria das atividades desempenhadas por eles eram braçais, que não necessitam especificamente de qualificação para exercer tais atividades. Dentre as atividades mais realizadas estão: 1) Entregador de água e/ou mercadoria; 2) Servente de pedreiro; 3) Pintor de Parede; 4) Catador de material reciclável; 5) Serigrafista.

Quando indagados sobre suas perspectivas em relação ao seu futuro profissional, os internos não demonstram grandes ambições, revelando as dificuldades e desinteresse pelos estudos.

O ECA fala no seu artigo 94, que todas as entidades programas de internação têm as seguintes obrigações dentre outras: Propiciar a escolarização e a profissionalização.

Diante desse dever investigamos em nossa pesquisa como se dá esses dois processos no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL. A unidade possui programas que visam mudar o perfil desses jovens após a internação.

Primeiro Passo

A partir de 2006 a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, através do Projeto Primeiro Passo - que busca a inclusão social de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social e em medidas socioeducativas, passou a ter uma maior preocupação com a profissionalização dos jovens privados de liberdade. Assim surgiu o

Transformando Vidas com o objetivo reinserir socialmente esses púberes no mercado de trabalho com atividades geradoras de renda, foi firmado convênios com empresas privadas, em vários ramos de atividades.

A primeira grande empresa a fazer a parte desse projeto foi a Marisol Confecções LTDA, que tem instalações de sua fábrica dentro do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider - CECAL, o que tornou o Ceará o único estado do país a manter uma fábrica de confecção em um centro de internação.

Para a sua efetiva contratação na fábrica, o jovem interno precisa obrigatoriamente estar estudando, ter um bom comportamento na unidade de internação e passar pelo mesmo teste de seleção que é aplicado em todas as unidades da empresa espalhadas pelo país. Ao passar na seleção o jovem é contratado como aprendiz, pelo período de doze meses, nesse tempo são realizadas atividades teóricas e práticas de costura industrial que são orientadas pela equipe de funcionários da própria empresa. Os aprendizes também participam de aulas sobre a cidadania, o mundo do trabalho e empreendedorismo, totalizando a carga horária de 320 horas, e todo esse trabalho é supervisionado pela equipe multidisciplinar (assistentes sociais, sociólogo, pedagoga e psicólogos) do Primeiro Passo. Juntamente com o acompanhamento ao jovem, o projeto busca fortalecer as relações familiares por meio do Projeto Fortalecendo Vínculos. Desde 2006, já admitiu 283 jovens na condição de aprendizes, em sua unidade produtiva do CECAL.

A partir de 2008, o Primeiro Passo também passou a atuar com cursos profissionalizantes dentro das Unidades de Privação de Liberdade, só que eles são destinados aos adolescentes que estão fora das fábricas. O CECAL já auferiu os seguintes cursos entre 2008 – 2010: Pintura e Textura, Paes e Doces, Eletricista Predial, Auxiliar de construção civil, Mecânica de Moto, Inglês, Pintura de Parede e Garçom. Esses cursos capacitaram cerca de 220 jovens internos.

Em outubro de 2010, foi inaugurada outra fábrica, nas instalações do CECAL, a HOPE que se destina à produção de peças íntimas femininas, a principio foram atendidos 30 jovens internos desse centro. O processo de seleção, e todo o desenvolvimento se enquadram aos moldes da Marisol.

Devido ao sucesso da experiência entre a Secretaria e a Marisol, logo surgiram outras empresas interessadas no projeto, hoje encontramos dentro das unidades de internação do Ceará as seguintes parcerias: Metal Mecânica Maia no Centro Educacional Patativa do Assaré - CEPA, Pena no Centro Educacional Dom Bosco - CEDB, Dilady no Centro Educacional Aldaci Barbosa – CEAB, todos em Fortaleza. Essa iniciativa rendeu ao Projeto reconhecimento nacional recebeu prêmios da Fundação Getúlio Vargas - FGV e da Fundação Ford, entidades que visam disseminar e premiar iniciativas do poder público que busquem a plenitude da cidadania.

Projovem Trabalhador

O Projovem Trabalhador / Juventude Cidadã é um projeto gerado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em parceria com a STDS, com unção provida por institutos sociais, ao lado dos municípios e da sociedade civil. Ele é uma das ações da STDS que prioriza o desenvolvimento da juventude, a partir da elaboração, coordenação e união de programas e projetos de reforço da escolaridade, da qualificação profissional e social dos jovens cearenses.

Em 2010, a primeira unidade de privação de liberdade a receber Projovem Trabalhador / Juventude Cidadã foi o CECAL. O projeto capacitou 21 novos costureiros dentro do Centro Educacional, dos quais seis foram contratados como aprendizes pela empresa de confecção Marisol e quatro pela Hope Lingerie.

Essa capacitação ocorreu em seis meses e incluiu aulas de qualificação social de carga horária de 350h/a e de qualificação específica de corte e costura com carga horária de 250h/a. As aulas foram ministradas pelo Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica - CPQT, tudo sob acompanhamento psicossocial de equipes multidisciplinares (assistente social, pedagoga e psicóloga) da STDS, além disso, cada um dos meninos contemplado pelo projeto receberam, durante o curso, auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00.

Geração Livre

Buscando dinamizar as atividades que ocorrem dentro dos Centros Educacionais do Estado do Ceará, em 2011 a Secretária do Trabalho e

Desenvolvimento Social – STDS idealizou uma proposta pedagógica que busca reunir cultura, esporte, religião e família em benefício dos adolescentes. Essa proposta pedagógica foi denominada de Geração Livre.

Esse projeto conta com a parceria da Secretária de Educação- SEDUC, Secretária de Cultura- SECULT, Secretária de Saúde - SESA, Secretária de Segurança Pública e Defesa Social- SSPDS e Secretária de Esporte- SESPORTE. Ele tem por objetivo envolver os púberes em atividades diárias, através de eventos esportivos, religiosos e das oficinas de rap, discotecagem, aerografia, capoeira, música; atividades de qualificação profissional. Todas essas as ações serão monitoradas pelo Grupo de Apoio - GT que é formado por uma equipe multidisciplinar da STDS, sob o olhar atento do Secretário Evandro Leitão.

Em março de 2011 o CECAL se tornou a primeira unidade a receber o projeto Geração Livre e tem por missão se tornar alusão para todo o país o gerenciamento de atividades pedagógicas para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Ao longo desse ano, o projeto será implantado nos outros 13 centros distribuídos na capital e no interior.

Está prevista a realização de campeonatos esportivos entre as unidades no mês de Outubro, já que cada unidade deverá possuir seleções para cada modalidade esportiva ofertada nas unidades. No CECAL já foram formadas duas seleções de futebol: uma de futsal e society. No decorrer do ano de 2013 se presume que mais três seleções serão formadas, a de voleibol, basquetebol e handebol.

3.4 O relato de um dos egressos

Daniel² é um rapaz de 25 anos, funcionário da empresa Marisol, que funciona dentro no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider-CECAL, onde é instrutor de costura. É casado e pai de três crianças. Ele é egresso das medidas socioeducativas. No CECAL ficou internado por dois anos e oito meses, onde teve a chance de concluir os estudos e se profissionalizar. Devido

² Para contar essa história e preservar a identidade do jovem vamos chama-ló de Daniel.

à mudança em sua vida, decidimos abordar sua história com o objetivo de conhecer melhor os elementos responsáveis pela transformação de seus pensamentos, valores e atitudes.

O relato a seguir emergiu das entrevistas feitas com e complementado pelas observações de alguns funcionários da Unidade, além das anotações do antigo prontuário do ex- interno.

Gracianni (1997) aponta que muitas vezes o senso comum acredita (ou quer acreditar) que a situação crítica que crianças e jovens em conflito com a lei é fruto do desregulamento que as famílias passam hoje em dia. E o que a história desse jovem vem mostrar é que o jovem infrator e todo o lineamento de aspectos negativos que sua presença traz, é fruto de uma sociedade individualista e consumista preocupada somente em atender as demandas de um referencial externo.

- **Família**

Daniel é o terceiro filho de seis irmãos. Sempre morou em um bairro de classe média de Fortaleza em casa própria. Vem de uma configuração familiar agregada: pai, mãe e irmãos; o pai mestre de obras na construção civil, a mãe não precisava trabalhar já que o pai ganhava garantia o sustento de todos, mas quando ela queria atender os caprichos dos filhos, fazia faxina em casa de família. Seus filhos só tinham a preocupação em estudar. Daniel diz que a sua relação familiar “*sempre foi tranqüila e saudável*” apesar dele ser muito impulsivo. Ele também tem uma relação afetiva estreita com sua avó materna que sempre esteve presente em sua vida, “*foi ela quem nunca desistiu de mim*”.

Quando chegou a adolescência, com seu 12 anos de idade a curiosidade também o acompanhou e ele sentiu a necessidade de conhecer novas coisas e vivenciar novas situações e foi então que ele decidiu acompanhar os garotos mais velhos de seu bairro.

Eu sempre fui de fazer as coisas que minha família pedia, mas devido “as amizades”, eu tive uns envolvimento que não consegui cumprir com o que minha família queria. Aos doze anos de idade, eu comecei a andar com uns jovens mais velhos que praticavam assaltos, roubos, matavam, enfim eu fui me envolvendo. Comecei a achar tudo muito fácil para eles,

faziam coisas erradas e não acontecia nada. Eles só se davam bem, a felicidade pra mim era aquilo.

Com o tempo ele começou a sair de casa a noite, em companhia de seus novos amigos e então começaram os primeiros desentendimentos com sua família, que não aceitava o novo comportamento do filho. Seus pais o aconselhavam a não sair de casa a fim de evitar as novas amizades do filho que tinham a fama de viver de forma ilícita, mas os conselhos não surtiam efeitos, passavam a noite em claro a espera dele. Além do mais, tomava precauções para não ser descoberto por sua família, toda a sua ação ilícita era cometida fora do bairro para que seus pais não soubesse.

Os problemas só começaram a surgir quando eu comecei na vida de crime. Eu era dissimulado na frente da minha família, perto deles eu seguia regras, era obediente e bem comportado, mas na rua eu me transformava, era um Daniel valente que gostava de confusão e que não media as conseqüências dos meus atos. O certo e o errado tinham o mesmo valor.

Ele demonstra ter uma preocupação com a família vai achar dele, suas colocações sempre dizem que fazia “*tudo para agradar a família*” por isso na frente dela sempre manteve um ótimo comportamento, mesmo depois das primeiras internações, isso acabou unindo mais de sua mãe, que sempre agiu super protegendo o filho, talvez, esse tenha sido um dos motivos dos pais não conseguir impor limites a ele. Já que seu pai e sua mãe discordavam quando o assunto era a educação de Daniel, o que ocasionou a separação do casal.

Meu pai sempre foi muito correto e tinha vergonha da minha condição, ele dizia que ela(mãe) me apoiava, mas o que ela fazia era me dar conselho. Ele sempre ficava angustiado com essa situação, queria ajudar e não sabia como. Dizia que era falta de peia, e me batia. O que ele nunca entendeu que isso não adiantava, quando mais eu apanhava mais eu fazia. Bater não faz você mudar.

Segundo Zagury (1991) é com a intervenção dos pais ou responsáveis, na infância e adolescência que aprendemos a se socializar e através dela começamos a ter noção de moral e ética. Ou seja, se os pais não punem os filhos ou estabelecem regras, vai ser a sociedade que irá puni-los muitas vezes, com a prisão.

- **Drogas**

Com as novas amizades, Daniel descobriu o mundo das drogas. *Eles me chamavam para usar drogas então eu comecei na maconha que era a mais fraca e barata.* Conforme Bernik (1999) diz:

Para fins de uso ilícito, principalmente pelos jovens, que nela geralmente se “iniciam”, a maconha é discretamente alucinogênica, mas provoca euforia inicial e depois sono, melancolia e relaxamento. (1999, p. 35)

Em uma pesquisa realizada em 2001, encomenda pela SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), através da Pesquisa da Escola Paulista de Medicina mostrou que os brasileiros avaliam como fácil o acesso a drogas, principalmente maconha e cocaína. Ainda segundo esse estudo 60,9% dos pesquisados consideraram muito fácil arranjar maconha, sendo mais da metade deles eram jovens de 12 a 17 anos.

Além do convite dos amigos, passou a usar drogas por outro motivo. *Comecei me drogando para ter coragem de cometer pequenas infrações, depois descobri que fazia isso (uso de drogas) porque gostava.* A maconha foi apenas porta de entrada para outras drogas ilícitas. *Depois passei para os outros tipos: craque, cocaína, comprimido (êxtase) e bebida.* Segundo o psiquiatra Bernik (1999) nenhuma pessoa faz uso apenas de uma só droga, que na ausência de uma, ela usa outra sem grandes oposições.

Daniel foi usuário de droga por quatro anos, e em nenhum momento ele se viu como dependente químico, porque segundo ele *não sentia necessidade de fazer isso toda hora ou todo dia. Só usava quando tinha vontade.* Essa declaração que vai ao encontro com conceito revisado da Organização Mundial de Saúde que Bernik (1999) trás em seu artigo sobre prazer e dependência química.

A mais simples definição da dependência química é a necessidade física e / ou psíquica, ou ambas, que o paciente tem de usar uma substância química ou mesmo de medicamento periódico e / ou continuamente. (1999, p. 43)

Ele só deixou de fazer uso de drogas em 2004, quando supostamente sofreu uma ‘overdose’ – ingestão de excesso de substância tóxica, após fazer uso de mesclado (mistura de maconha e craque) e a descoberta de um

problema no coração tornaram Daniel receoso com a idéia de morrer. Quando ele deixou o hospital tomou a decisão de deixar de usar essas substâncias ilícitas, *depois disso eu nunca mais me droguei, por medo*. Mas essa caminhada foi árdua e morosa para ele.

Na Semana Nacional de Combate às Drogas do ano de 2011, o jornal O POVO trouxe uma série de reportagem que apresenta que o tratamento ao dependente químico no Ceará é insuficiente. A família de Daniel contou que várias vezes tentaram o tratamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS, mas não conseguia vaga.

Os usuários da droga encontram dificuldade na hora de procurar tratamento. Segundo estimativas, há 100 mil usuários de crack no Ceará. Nas clínicas e comunidades terapêuticas, há poucas vagas do SUS para dependentes químicos. Muitas vezes, a família tem de pagar o tratamento. (O POVO)

Sem condições de custear o tratamento e cansados de esperar uma vaga no SUS aos pouco a família de Daniel foi se acomodando com a situação. Mas ele realmente queria deixar de ser usuário de droga e por conta própria foi tentando se afastar.

Mas foi uma luta, porque eu estava sozinho e não queria mais me drogar, mas não queria sair daquela vida (ilícita), eu tinha que mudar minha rotina para não sentir vontade de fumar. Eu só saía com os elementos depois que eles se drogavam, sabia dos horários e onde eles faziam então eu evitava.

Segundo as anotações em seu antigo prontuário Daniel se livrou das drogas oito meses depois da sua internação por intoxicação e sozinho.

- **Gangues**

Ele quis se livrar das drogas, mas não da vida que mantinha com seus novos amigos.

Comecei a ver as coisas fáceis, fui me envolvendo... envolvendo, e comecei a gostar daquilo. Ninguém mandavam neles, eles só fazia o que queriam. Todo mundo tinha medo deles, e eles andava cheio da grana e mulher. Todo esse mundo me causava uma espécie de fascínio. Passei me aprofundar cada vez mais nessa vida.

Castilho (1999) diz que os adolescentes sentem a necessidade de formar grupos e que eles são não apenas inofensivos, mas têm uma real função social, já que são neles que começam as primeiras ampliações do universo social do ser humano. O jovem desenvolve uma sensação de pertencimento ao grupo que ele julga ser apropriado para suas características, que são associadas a diferentes condições de inserção/exclusão social nessa fase.

Daniel diz que se identificava com a forma que seus amigos falavam e agiam. Ele logo foi aceito apesar da pouca idade. *“No começo quando eu queria me enturmar, fazia tudo que eles mandavam, mas eles não mandavam eu roubar, isso foi só depois. Logo fiquei amigo do líder da gangue, que no começo só deixa eu me drogar”*.

Castilho ainda diz em seu livro que:

A expressão "gangue" usa-se normalmente para designar um grupo de adolescentes ou jovens que se comportam de modo anormal, podendo chegar à violência e ao crime (1999, p. 208)

Sendo assim, esses grupos denominados de gangues são uma produção social que se agrupam de forma espontânea e assumem uma postura de referencial social menos repressiva que a família e que aos pouco passa a ser um ‘refúgio para as frustrações pessoais e nasce com uma finalidade criminosa’.

Com a aceitação no grupo, queria um estereótipo igual aos deles também. *“Eles andavam com roupa de marca e da moda, tênis importado todo estiloso, cordão de ouro, muito anel e relógio”*. Como ele não trabalhava e o que seus pais podiam oferecer não era compatível com aquilo ele então resolveu ‘*entrar na malandragem*’ como ele mesmo denomina.

- **Vida de crimes**

Daniel começou sua vida desonesta aos 12 anos de idade. Ele fez um furto no mesmo bairro que morava.

Peguei uma bicicleta que estava na calçada lá pelas áreas. Eu não sabia nem o que fazer com ela. Sabe aquela história que a ocasião faz o ladrão? Foi o que aconteceu. Não havia ninguém na rua e a bicicleta estava lá sozinha. Acabei passando “a fita”(bicicleta) para o

grupo se desfazer. Desse furto a começar a fazer pequenos assaltos no comércio foi um pulo.

Com o dinheiro da bicicleta ele tratou de comprar tudo aquilo que há tempos ele desejava para ficar igual ao seu grupo. *Com esse dinheiro comprei uma blusa da Tommy e um cordão de prata já usado, mas era pouco e eu queria mais.* Os furtos começaram a ser uma coisa comum, mas quase não rendia 'lucros'. O dinheiro que ele conseguia com os pequenos furtos mal dava para sustentar o uso de drogas. Então ele elevou a categoria de atos infracionais para roubo e assaltos, para gerar um maior rendimento e poder comprar as roupas de marcas e as drogas, além disso, ele queria agradar seus companheiros de ilicitudes.

Eu só pensava em querer ser um deles. Ter roupa cara, cordão de ouro, uma arma para exibir, queria que minha vida fosse como a deles, me tornar amigo deles e agradar-los de qualquer forma. Foi por isso que me envolvi/aprofundei tão rápido.

Em pouco tempo ele conseguiu tudo que queria: o respeito e a confiança de seus companheiros, a fama por seus feitos lhe proporcionou a conhecer '*muitos bandidos famosos*'. Mas com a mesma rapidez com que tudo aconteceu, ele foi apreendido, quando furtava material de construção civil em um depósito. Ele foi levado a Delegacia da Criança e do Adolescente –DCA, após a acusação foi sentenciado a cumprir medida socioeducativa provisória de internação.

Aconteceu logo, foi em 2000, eu tinha 12 anos. Fui pego por um furto, fui encaminhado para o Centro Educacional Dom Bosco, passei 45 dias lá.

Durante oitos anos consecutivos, Daniel cumpriu medida socioeducativa de internação pelos seguintes atos: furto, assalto, vandalismo, homicídio, invasão de domicílio e dois latrocínios (assalto seguindo de morte).

Eu pagava por um ato, saía e cometia outro. Assim eu passei por todos os centros educacionais de Fortaleza. De 2000 até 2008 minha vida foi de internações.

Indagado por tanta reincidência, ele explica tinha vontade de roubar todo dia e não conseguia controlar, acaba narrado emocionado um fato que ocorreu entre ele e seu pai a cerca desse assunto.

Eu podia ter todo dinheiro do mundo no bolso, mas eu tinha um vício para roubar. Tinha fim de semana que meu pai tirava todo o dinheiro da carteira e colocava na minha mão pedindo para que eu não saísse de casa. Mas eu não controlava minha vontade de roubar, cometia o ato e dizia que era o último, mas o último não chegava nunca.

A palavra vício deriva do latim "*vitium*", que significa "falha" ou "defeito" é a repetição de hábitos que corrompe e/ou causa alguma perda ao viciado e aos que convivem com ele. Interessante ressaltar que ele não se encherava como viciado em drogas, como visto anteriormente, e se ver diante da prática de roubo. Assim como a dependência química esse vício também causou danos e perdas tanto a , que perdeu sua liberdade, e sua família que perdeu o convívio com ele durante esses anos.

Lembrando que as Medidas Socioeducativas é a reação do Estado frente ao ato infracional praticados por adolescentes que ainda não atingiram a maior idade penal, e o objetivo de sua aplicação é tentar inibir a reincidência, através de uma proposta pedagógica educativa.

E segundo o Estatuto da Criança e Adolescente ela deve respeitar a capacidade do adolescente em cumpri-las, levando em conta as conjunturas em que o ato infracional foi cometido levando em conta a gravidade da infração, já que cada adolescente traz consigo vestígios da sua história e trajetória.

- **Internação**

Ele possuía consciência que seus atos eram errados e que um dia a sociedade iria cobrar dele. '*Eu sabia que eu o que eu fazia era errado e que um dia eu ia pagar por aquilo, mas não sabia que ia começar tão cedo*'. Seu antigo processo diz que o tempo entre sua primeira contravenção a sua apreensão foi de seis meses. Em sua primeira internação, nos primeiros dias ele passou por um período de desânimo, melancolia e tristeza, já que não estava preparado para aquela situação. Ele chega a defini-la como '*crítica*'.

Eu nunca havia passado pelo sistema Quando eu caí pela primeira vez não estava preparado para ficar longe da família. Tudo aquilo era muito diferente da minha realidade. Você se ver cercado de gente estranha e

muitos meninos com histórias parecidas com a sua. Tudo aquilo era muito confuso.

Ele demorou a se adaptar ao sistema de regras do Centro Educacional, e a preocupação com o que sua família estava pensando dele só aumentava seu desconforto.

Acho que quando a gente se depara com esse tipo de situação a primeira vez, a gente só pensa no constrangimento que causa na família e eu me sentia mal por isso.

Essa tortura dos primeiros dias de internação fizeram com que ele pensasse sem deixar a vida que ele tanto admirava. *Eu tive pensamentos de mudança, pensava em nunca mais voltar para um centro educacional porque eu não me adequava ao sistema.* Nesse período ele procurava fazer tudo para agradar a todos e principalmente sua família. *'Eu estava tão desesperado para sair do sistema que aceitei Jesus (sua família era evangélica) ouvia os conselhos da minha mãe prometia a ela que ia sair dessa vida'*. Com o passar dos dias ele foi conhecendo como tudo funcionava, o medo foi desaparecendo ele foi ficando a vontade *depois que o medo e o desconforto da primeira queda passou, eu tirei de letra o resto da medida.*

Para ele a situação deixou de ser confusa e passou a ser afável. *'Eu tinha visita da família toda semana, fazia refeição a cada três horas. Só fazias as atividades que eu queria e quando queria. Fiz várias amizades. Pareciam mais férias do que castigo'*. A privação de sua liberdade através da medida socioeducativa aplicada a ele teve por objetivo fazê-lo rever seu comportamento perante a sociedade, preparando-se para a liberdade. Em nenhum momento dessa intervenção viu a internação como um momento de reflexão de sua conduta, o que caracteriza que ela não foi eficaz. Ao final da medida provisória ele já havia esquecido todas as promessas que tinha feito a si mesmo e a família. *'Eu já havia afastado todos os bons pensamentos da minha cabeça. Eu sabia que iria sair dali e fazer tudo novamente'*.

Após os 45 dias de internação ele retornou a casa dos pais, mas não conseguiu se manter longe da antiga vida. Aos poucos ele foi retomando as amizades e a antiga rotina.

Eu tentava demonstrar que ia mudar de vida, mas para mim mesmo eu não queria mudar. Na primeira oportunidade eu voltei “às práticas” e dessa vez fazia coisa pesada mesmo, assalto a mão armada com violência, invasão de domicílio e ate homicídio.

Segundo Foucault (1987) a prisão está longe de transformar os criminosos em gente honesta, apenas serve para produzir novos criminosos ou afundá-los ainda mais no crime. E foi o que aconteceu com Daniel, definitivamente sua primeira internação não foi benéfica para sociedade. E esse comportamento se repetiu por todas as suas três primeiras internações, exceto a última.

Com as suas idas e vindas aos Centros Educacionais da capital do Ceará, ele se tornou conhecido e não só pelos outros internos, como também pelo quadro de funcionários dessas unidades. Dono de uma natureza inquieta e questionadora, às vezes, causava mal estar na rotina das unidades.

Eu sempre fui o jovem ativo, cheio de atitude e gostava de me expressar de alguma forma, às vezes era agressivas outras violentas. Eu achava que sempre tinha razão ai fazia muita confusão. Reivindicava tudo, visita, ligação, exigia roupa de marca, que a TV ficasse ligada até de madrugada, queria jogar bola a toda hora essas coisas. E isso me custava alguns dias recolhido no bloco e a antipatia dos socioeducadores.

Esse comportamento juntamente com a fama de seus atos deu a Daniel um status de líder em todas as unidades que ele estava cumprindo medida, eram bastante comuns os diretores desses Centros, pedirem a transferência dele para outro. Logo ele percebeu que podia se favorecer dessa condição.

Eu fui um jovem “famoso” no mundo do crime, por ter me envolvido com pessoas conhecidas ilustres desse mundo. E devido ao meu comportamento às vezes eu sentia que os outros me respeitavam por isso. Quando eu queria fazer bagunça na casa, sem me queimar, bastava eu olhar para um laranja e ele assumia a culpa. Assim por uns tempos, as coisas eram do jeito que eu queria, por qualquer coisinha eu dava a entender que ia começar uma rebelião.

Todo esse esplendor uma vez lhe custou metade do dedo indicador da mão esquerda dele, em uma tentativa de fuga do Centro de Semiliberdade Marti Francisca. enganchou o dedo no pega-ladrão do muro da Unidade. É uma seqüela física que ele carrega desse tempo. Essa marca o fez começar a querer mudar de vida, mas essa vontade não saía do conceito.

Depois disso comecei a rever minha vida. Mas a mudança era só nas idéias, porque no fim de semana quando a gente voltava para casa, eu saía combinando com os outros internos para área (bairro) de quem iríamos cometer crimes.

Foi em uma dessas situações que Daniel cometeu seu segundo latrocínio, já no fim do comprimento da medida do primeiro. Antes do término do cumprimento de medida relacionado ao primeiro latrocínio ele foi sentenciado pelo segundo. Ele estava prestes a fazer 18 anos, passou dois meses no Centro Educacional Dom Bosco e quando completou a maior idade penal, foi para o Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider - CECAL, para cumprir a sua extensão de pena.

O ECA preza em seus artigos que as medidas aplicáveis a esses jovens têm como aspiração principal demonstrar a falta de valor da conduta que eles praticavam, através de uma profunda mudança em seus pensamentos por meio de reflexões críticas perante o ato infracional cometido, assim possibilitando-lhe a recuperação e a preparação para sua reinserção na sociedade.

A internação só se mostrou eficaz a Daniel em sua quarta e última internação. Nela ele desenvolveu a consciência crítica de seus atos, após perceber que já não havia mais o que perder se desse continuidade a esse comportamento.

Nessa época havia começado um romance com uma moça da mesma idade que ele, quando estava na semiliberdade, após poucos meses de relacionamento ela ficou grávida, o que ela não sabia era da condição do pai de seu filho e que ele havia engravidado uma moça antes dela. Pouco tempo antes, ele ficou sabendo que seus pais estavam se separando devido à depressão que sua mãe havia desenvolvido graças ao comportamento dele durante os últimos anos.

Eu comecei a pensar no que eu queria mesmo para minha vida, eu tinha 18 anos e ia ser pai e não havia construído nada na minha vida. Mas seu só comecei a pensar assim depois de longas conversas com as professoras, as assistentes sociais e o Joaquim (era o diretor da casa naquela época), ele foi quase um pai para mim...

Toda essa situação fez com que ele começasse a ouvir pessoas que o cercavam e que estavam ali para ajudá-lo, essas longas conversas, fizeram surgir uma série de reflexões e questionamentos que o confrontavam seus valores, sua ética e moral.

Ainda segundo Foucault,

Sozinho em sua cela o detento está entregue a si mesmo; no silêncio de suas paixões e do mundo que o cerca, ele desce à sua consciência, interroga-a e sente despertar em si o sentimento moral que nunca perece inteiramente no coração do homem. Não é portanto um respeito exterior pela lei ou apenas o receio da punição que vai agir sobre o detento, mas o próprio trabalho de sua consciência. Antes uma submissão profunda que um treinamento superficial; uma mudança de "moralidade" e não de atitude (1987, p. 267)

Foi somente após passar por essa profunda avaliação e reflexão de perdas e ganhos em sua vida que Daniel se rendeu a proposta da medida socioeducativa.

- **Escolarização**

Sabemos que mesmo privados da liberdade, o indivíduo tem direito como qualquer outro cidadão à educação. Ela faz parte do conjunto de direitos sociais, que tem por objetivo valorar a igualdade entre as pessoas. Desde 1988, a Constituição Federal brasileira garante esse direito a todos como diz em seu artigo 205:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por ter ingressado na vida de internações por volta de doze anos de idade, praticamente a sua formação escolar se dentro dos Centros Educacionais de Fortaleza.

Eu estudei na escola regular ate a sexta série. Como 12 anos tive a minha primeira internação, passei 45 dias internado e voltei à escola. Mas naquele tempo a escola era algo muito distante da minha realidade... eu acabei abandonado a escola. Só voltei a estudar na minha segunda internação quando eu já tinha 15 anos.

Ressalvando que a modalidade de ensino dedicada nessas instituições é a Educação de Jovens e Adultos - EJA, em virtude da flexibilidade legislativa e da heterogeneidade dos níveis educacionais dessa clientela. Mas ela só é ofertada nos centros aos jovens com a faixa etária de quinze anos, que é a idade mínima que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, permite que se faça exames de certificação de competência, os antigos supletivos.

Sua segunda internação foi no Centro Educacional São Miguel – CESM, lá ele passou dois anos, mas como ele nos conta não gostava de estudar. *Como eu não tinha o que fazer, ia as aulas. Dizer que eu gostava de estudar é mentira, mas eu ia as aulas procurava ficar comportado.* Durante os dois anos de internação nessa unidade nunca fez provas de certificação para o ensino fundamental, e ele não sabe explicar o motivo, acha que como faltava aula, devido seu mau comportamento na casa, ninguém dava nada por ele.

Somente na sua terceira internação e já na semiliberdade e devidamente matricula do Colégio Liceu do Ceará, ele veio a fazer essa prova. Ele só não conseguiu 100% de êxito devido à prova de português, o que o deixou bastante chateado.

Sempre ouvir dizer que para saber português você tinha que ler, toda vida tive dificuldades nessa matéria, mesmo não gostando de estudar, procurava ler muito, achava bonito as pessoas falando sem gírias, também queria falar assim. Por isso eu lia e não gostei de ter ficado logo em português.

Daniel pode até ter dificuldades nessa disciplina, mas é inegável que seu vocabulário é bem vasto, podemos perceber por suas colocações durante as entrevistas. Fruto de seus avanços com a leitura.

Com a sua ida para o CECAL, ele fez questão de voltar a frequentar as aulas e no final do seu primeiro ano, refez o exame supletivo e obteve notas boas e foi certificado e pode ir para o Ensino Médio.

Eu gostava de ir às aulas no CECAL, as professoras sempre me ajudavam dizendo que estudar não era perda de tempo, tinha que fazer isso se quisesse mudar de vida, ter um ofício melhor.

Com a convivência foi observado que aproximação entre o professor e o aluno interno, assim como na liberdade se dar através de um elo afetivo, quando esse aluno encontra no professor atenção, respeito e estímulo, eles se esforçam para retribuir e dão o melhor de si para aprender para agradar o professor.

Às vezes, eu não tinha cabeça para nada, mas descia para aulas, lá eu sabia que podia falar das minhas angústias e não iriam me julgar. Elas eram professoras, mas às vezes eram amigas e mães.

O contrário também ocorre se de alguma forma esses alunos se sentirem prejudicados, *nos outros centros ninguém tava nem aí pra mim, se eu fosse ou não para as aulas elas nem percebiam.* Aos poucos eles vão perdendo a vontade de estudar.

Quase no fim da medida, Daniel concluiu o ensino médio. Ele lembra que nessa época, em 2008, o supletivo ainda não abrangia as disciplinas de filosofia e sociologia, então seu diploma não era válido. *Depois da minha liberação eu ainda tive que ir às aulas no próprio CECAL e fazer as provas para validar meu diploma.* Essas aulas foram dadas em caráter especial para ele como conta a professora de história da unidade.

Não era justo ele ter que esperar até a próxima prova para se certificar. Entramos em contato com o Centro de Educação de Jovens e Adultos do bairro José Walter – CEJA José Walter, que atende o CECAL, e lá ficamos sabendo que ele podia fazer somente as provas dessas duas disciplinas. Então

conversamos com a direção da unidade que concordou com essas aulas.

Em conversas informais com seus antigos professores, descobrimos que era um aluno que demonstrava querer aprender, apresentava uma boa qualidade de assimilar os conteúdos, e uma habilidade impressionante com os números. E com o passar do tempo e a dedicação aos estudos desenvolveu um raciocínio crítico e questionador. *‘Foi nesse momento que eu percebi que estava pronto para a liberdade, nós havíamos cumprindo a nossa missão com ele, ele iria sair daqui um cidadão emancipado em relação suas idéias.’* Completa a mesma professora.

No fim do processo, ele obteve excelentes notas em sua prova de certificação, então a equipe pedagógica o inscreveu no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, afim dele concorrer uma bolsa no Pro-Uni.

...fiz a prova e ate tive uma boa nota e tive a chance de ir para a faculdade, mas por problemas de ordem pessoal que não vou falar aqui não deu para cursar, deixei para o outro ano e me acomodei com isso e ate hoje eu fico adiando.

Mesmo depois de três anos, ele ainda declara não gostar de estudar, mas tem consciência da importância e dos benefícios que uma boa escolarização faz.

‘ Isso é uma coisa que me arrependo, de não ter estudado desde cedo. Perdi muito tempo na vida com algo que não me trouxe frutos bons. Talvez se eu tivesse estudado minhas expectativas do futuro seriam outras. Já pensou eu ser Juiz? (risos)... Às vezes eu paro e penso que se eu não tivesse vindo para o CECAL, por causa do latrocínio (que eu também me arrependo muito) eu não teria terminado em o ensino fundamental e talvez hoje eu estivesse no presídio ou morto, já que com certeza eu não teria deixado essa vida’.

- **Profissionalização**

Daniel teve várias experiências laborativas entre uma internação e outra e os retornos a sua casa. Toda vez que eu saia de uma medida *arrumava um emprego para agradar minha família, o primeiro foi como ajudante em um mercantil.* Mas ele também trabalhou como ajudante de um posto de gasolina e

entregador de água. E que esse tipo de trabalho tem em todo lugar que nunca teve dificuldades em consegui-los.

Conforme já dito antes o grau de escolarização reflete diretamente nas atividades que serão desempenhadas que geralmente são aquelas que não precisa de qualificação específica.

Para Marx (2006) é pelo trabalho que o homem constrói sua identidade social, é através dele que ele se socializa e interage com a sociedade. É a categoria que dar possibilidade a compreensão humana de seu processo social. Ele é uma atividade própria do ser humano que por ele se afirma e dar condições de satisfazer nossas necessidades. Além do mais possuir uma ocupação laborativa é sinônimo de status, emancipação.

Nesse sentido em suas primeiras internações praticamente nada foi feito em relação há isso, Daniel apenas fez um curso de garçom ofertado pelo Centro Tecnológico do Ceará – CENTEC. Apesar de todos os centros educacionais cearenses contarem com professores de ofício.

Durante todos esses anos de internação eu só fui para uma oficina no CECAL porque era o jeito. Eu nunca quis ir para oficinas, ia a prender uma coisa que nunca tinha visto, alguém ganhar dinheiro com isso. E tudo era muito chato.

A falta de interesse pelas oficinas profissionalizantes que os centros tinham disponíveis talvez seja por não atenderem as necessidades do mercado onde esses meninos serão inseridos em um segundo momento. Elas são: vime - que consiste na fabricação de cestos do mesmo material. Taperçaria – produção artesanal de tapetes de fios, e de arte que é a pintura de pequenos quadros artesanais.

A única vez que usou o certificado de curso de garçom foi quando estava na semiliberdade e começou a trabalhar na cantina da antiga Secretária da Ação Social – SAS, hoje Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Olhá para um desses meninos. Você contrataria alguns deles para trabalhar em uma festa para ser garçom? Claro que não! Eles não tem postura, são cheios de tatuagem , não andam

direito e não sabem falar sem gírias. Agora me diz, quem contrataria alguém assim para lidar com o público?

Além das oficinas obsoletas faz uma crítica também aos cursos que eram oferecidos pelo CENTEC na época em que ele se contrava interno. Segundo ele todos os cursos que chegavam de nada iriam ajudar quando eles terminassem de cumprir a medida.

No CECAL as coisas eram bem parecidas como nos outros centros em relação a profissionalização dos adolescentes, só que em 2006, com a implementação do Projeto Transformando Vidas na unidade, trazendo consigo a Empresa Marisol. E a grande missão desse projeto é reinserir de forma digna e qualificada toda essa mão de obra, antes ociosa no mercado de trabalho, e com boas perspectivas futuras de absorção dela. Essa novidade causou bastante entusiasmo em todos os internos, principalmente em.

Em todas as minhas internações eu chegava com pensamentos de mudança, só que o CECAL tinha um atrativo a mais a MARISOL, que estava sendo construída na unidade. Ai, eu comecei a pensar no que eu queria mesmo para minha vida

Devido à fama adquirida em suas outras internações, foi recebido como pessoa não grata por boa parte dos adolescentes e de alguns socioeducadores. Logo ele percebeu que as coisas não iriam acontecer como ele queria. Quando ele chegou à fábrica não estava pronta e a primeira turma já estava formada e eles estavam fazendo cursos profissionalizantes e só que participou da seleção aqueles pelo menos um ano lá.

O Joaquim me disse que se eu me comportasse ele tentaria uma vaga para mim no curso e assim eu fiz, todos os dias eu estava na sala de aula, ia para oficina e quando a segunda turma foi formada eu fiz parte dela, porém não fiz a seleção porque havia um menino a mais e me tiraram. Isso foi um golpe para mim. Eu alimentei tanto a ilusão de entrar na fábrica e não deu certo

Com isso Daniel começou a ‘bagunçar’ no centro e até tentou puxar uma rebelião, mas tudo que ele conseguiu foram uns dias sem lazer e um sermão do diretor da unidade. Essa época seu filho com sua última namorada havia nascido.

Seu Joaquim me chamou e deu uma dura, dizendo que agora eu era PAI e tinha que me ajeitar que havia uma pessoinha que precisava de mim. Eu disse para o Joaquim que ia esperar pela próxima seleção quieto se não conseguisse era porque não era para eu mudar.

Então na terceira seleção ele passou, porém quase não entrou devido há um erro em seu nome da lista da avaliação medica a ultima fase e mais importante do processo de admissão na fábrica. Daniel estava indo bem na fábrica e também a na escola quando começaram vários problemas na sua vida familiar que acabaram afetando sua produção na Marisol.

Comecei na Marisol bastante estimulado, mas ai começaram os problemas e minha cabeça começou a ficar longe, não fazia nada direito, costurava tudo errado. Eu respondia as meninas da fabrica com ignorância e elas falavam que eu era problemático e que desse jeito eu não tinha condições de ficar na fábrica porque a empresa precisava de pessoas disciplinadas e compromissadas o que eu não era. Diziam que eu estava com a cabeça longe, fazia as coisas de mau gosto... E realmente era isso que estava acontecendo, eu tava com desgosto e da vida.

Com a separação de seus pais, sua mãe foi internada com problemas psíquicos devido o aprofundamento da depressão, ele havia brigado com a namorada por causa da família dela que não iria mais ajudar no sustento do neto caso ela continuasse com, sua avó a única pessoa que fazia visitas a ele, ficou doente e passou alguns meses sem poder visitá-lo.

...o pior de todos veio depois da separação dos meus pais, minha mãe foi internada por causa da depressão e quando ela saiu uns colegas lá das áreas deram bebida e depois se aproveitaram dela. Tudo isso de uma vez só, pensa ai tu preso querendo mudar e recebe todas essas noticias. Eu pensei em fazer tudo com esses caras que abusaram da minha mãe. Se tu perguntar qual é a coisa mais sagrada para um interno ele vai te responder que é a mãe. Tava tudo dando errado, eu não almoçava mais, não jantava, não comia, quem entrou em depressão fui eu aqui.

A reação de a tudo isso, pela primeira vez não foi a de medir forças com ninguém nem tentar fugir ele simplesmente ficou mudo, e não queria mais fazer nada. Em seus pensamentos tudo isso era um sinal para que ele não mudasse. *Eu achava que tudo isso era um sinal para eu não mudar de vida. E a vontade de fazer mal a todos que tinham abusado da minha mãe, sendo assim eu não tinha mudado, a história tava se repetindo.*

Hoje ele acha que esse momento foi o decisivo em sua vida, somente ai, nesses momentos que ele achava que estava sozinho, ele começou a fazer uma análise e uma reflexão crítica de sua vida.

Começou a bater um remorso tão grande, de tudo que eu já havia feito. Ai eu fiz algo que nunca tinha feito antes, passei a pensar o que eu poderia fazer lá na frente como se fosse uma coisa planejada. Comecei a pensar nos meus defeitos na fabrica e na minha vida lá na frente essa oportunidade na Marisol, eu ia sair dali com uma profissão e como o ensino médio completo.

Depois desse ponto ele voltou à fábrica e se desculpou com as meninas e pediu mais uma chance. Elas consistiram e soube aproveitar. *Comecei a mudar por etapa, tentando melhorar num campo, depois outro. Um passo de cada vez.*

Ele começou a se interessar pelo trabalho, passou ate receber elogio das meninas. Todo tempo livre ele tava lá, tentando aprender e ajudar as funcionárias. Com o tempo ele foi desenvolvendo o espírito de liderança logo pediram sua ajuda para conversar com os outros internos para conseguir bater a produção.

... Porque lá na Marisol é assim, trabalhamos por grupo e cada um tem uma meta, se uma máquina não produziu o que foi pedido à culpa não é do menino e sim do grupo que não se ajudou. E eu falava mesmo com eles, dizia que a gente tudo grande ainda levava carão das meninas. Eu acabei virando o destaque da minha turma. E quando eu fui ver eu já tava muito além do que eu pensava.

Nesse momento, já tinha outros planos em mente, ele queria de qualquer forma um emprego na Marisol, já que seu contrato de um ano estava acabando, foi quando a Adriana a instrutora de costura da Marisol o convidou para uma vaga de instrutor de costura.

Quanto ela perguntou se eu aceitava a vaga eu fiquei espantado, por que eu aprendiz virar logo um instrutor tinha medo de não dar conta. A Adriana disse que eu não me preocupasse que eu ia ter treinamento para essa função. Então eu aceitei. Eu tive o meu uma parte do meu treinamento aqui mesmo, porque ainda era interno.

Daniel foi o primeiro interno a ter um contrato renovado com uma promoção dentro da unidade. Ele diz que a Marisol foi o 'divisor de águas em sua vida'. Foi através dela que ele conseguiu recuperar sua dignidade. Ele não aceitou o trabalho somente pela oportunidade de trabalho, mas também para servir de exemplo para o restante dos internos.

Lá na Marisol tinha uns 8 ou 9 meninos que eram egressos do CECAL, uns costureiros, ou outros como revisor, distribuidor. Todos eles eram usados como referencia para gente, mas era tão distante, depois que saíram do CECAL não se tinha mais contato. Quando surgiu a vaga e eu perguntei se eu podia ficar com ela me perguntaram o porquê e eu disse que queria ser a referencia perto dos meninos que a gente pode mudar. Porque falavam para gente de tinha menino trabalhando, mas a gente não via, então não acreditava. Eu quero mostrar a todos que chegam aqui que é possível mudar apesar de todas as dificuldades você pode mudar de vida, pode sair por aquele portão e dizer que é um cidadão.

Mesmo três anos depois da sua saída do CECAL como interno ele ainda é visto e se ver como referencia quando o assunto é a eficácia da medida. E ele ainda continua dando conselhos aos internos.

Quando eu vejo um dos meninos fazendo coisa errada, eu chego para ele e "troco uma idéia" conto como foi minha vida e da luta para mudar. Sei que tem muitos que não tem jeito, porque não querem mudar mesmo e mesmo assim eu conto a minha história, às vezes aumento um pouco para deixar mais dramática para ver se toca o coração deles e eles também possam refletir sobre a vida deles. Por tudo isso eu acho que sou exemplo sim. Alguns chegam para mim e diz assim: - Mas tu tem é coragem, tá na liberta e volta para cá. E eu respondo que estou trabalhando, foi aqui que eu recuperei minha dignidade e honro minha palavra, já que disse a todos que ia mudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É cada vez mais crescente o número de jovens que se envolvem em atos que ferem sentimentos coletivos. Nossa pesquisa mostra que as razões decisivas para essa conduta, dos adolescentes, são várias e intrigantes das quais nem sempre conseguimos traçar uma lógica sobre causa e efeito, sendo inúmeras e diversas as respostas que obtivemos de cada adolescente ao longo desse processo.

Durante a construção do referencial teórico, encontramos vários estudiosos, que caracterizam como determinante dos transtornos de conduta dos jovens em conflito com lei a situação social que ele está inserido, entre eles Berger e Luckmann (1983), que fala que essa vivência é reflexo da condição histórico-social do indivíduo.

Essas teorias destoaram com a realidade de, nosso estudo de caso. Como visto, ele não se encaixa totalmente no perfil psicossocial dito determinante para o início da ilicitude. Sua família não era desajustada, ela pertencia à classe média baixa, antes da internação freqüentava uma escola conhecida em seu bairro, que é tranquilo e residencial de Fortaleza. E mesmo assim, ele cometeu atos infracionais de natureza grave que o levaram a conhecer todos os Centros Educacionais da Capital do Ceará através de suas internações. Mostrando com isso que todas as camadas sociais estão sujeitas a isso.

O Estatuto da Criança e Adolescente trás em seu art. 127, que as medidas socioeducativas têm por objetivo:

- I - A responsabilização do adolescente quanto às conseqüências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III - A desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

O que quer dizer que elas devem fazer com que o adolescente reflita sobre sua condição, reveja sua conduta perante a sociedade, tentando dificultar a reincidência através de um processo educativo que o oportunize a reelaboração de valores e atitudes e que isso perpassa pela profissionalização destes, para que assim que a liberdade lhes for restaurada, eles possam viver em harmonia com a sociedade.

Em nosso estudo, vimos que esses objetivos só foram alcançados efetivamente, na quarta e última internação de Daniel. O que nos trouxe muitas inquietações a cerca da eficiência das internações e só porque a última surtiu efeito na ressocialização.

Ao avaliarmos a eficácia das medidas socioeducativa de internação nos deparamos com algumas dificuldades entre elas a não consolidação das condições elementares dos dispositivos legais que as regem. (ECA e SINASE) Como a estrutura física dos prédios que não possuem instalações adequadas para a sala de aula e oficina, que se agrava com a superlotação desses centros. Por exemplo, o CECAL tem a capacidade estrutural para atender 60 adolescentes, porém está funcionando com um pouco mais que o dobro disso. O que acaba nos levando a outro problema, o quadro de funcionários que permanecesse sem alterações em relação aos numero de contratações.

Ainda detectamos a falta de material didático como livros, cadernos e ate mesmo lápis. A existência de profissionais que não se identificam com a proposta da Instituição assim prejudicando a dinâmica das atividades pertinente a reeducação. E o mais grave de toda a legislação preceitua que a pessoa responsável por dirigir e coordenar esses centros deve possuir formação superior na área de ciências humanas, porém diagnosticamos que em sua maioria não possuem nenhum tipo de formação superior.

Diante dessas dificuldades expostas o trabalho nesses centros prejudica a eficiência da medida. Talvez tenha sido por essas questões que não viu suas primeiras internações como algo de caráter construtivo.

E depois que o medo e o desconforto da primeira queda passaram, eu tirei de letra o resto da medida. Tinha visita da família toda semana, fazia refeição a cada três horas. Só fazia as atividades que eu queria e quando queria. Fiz várias

amizades... Na verdade esses 45 dias pareciam mais férias do que castigo... E foi assim em todas as outras.

Nessas condições todo o trabalho das equipes multidisciplinares ficam comprometidos, assim como os programas existentes voltados para ressocialização. Ressaltando que a ressocialização não se resume apenas ao trabalho dos Centros Educacionais essa tarefa se estende a toda sociedade e em especial do governo que tem o dever de garantir saúde de qualidade, uma moradia decente, educação e a oferta de emprego. Com a falta desses elementos a eficiência da internação é comprometida e acaba de alguma maneira, induzindo os jovens a voltar para a criminalidade. E foi o que aconteceu com Daniel.

Na primeira oportunidade eu voltei “às práticas” e dessa vez fazia coisa pesada mesmo, assalto a mão armada com violência, invasão de domicílio, homicídio e latrocínio.

No período de cinco anos ele passou por três internações que não apresentaram resultados benéficos em sua conduta. O que ocorreu foi o contrário seu comportamento só piorou com essas experiências. A propósito alguns fatores externos também contribuiriam para que a residência de como: seu envolvimento as drogas, sua vontade de ser aceito em seu grupo de amizade, sua necessidade de roubar, além de questões familiares, ressaltando que elas não foram determinantes para seu acontecimento.

Os pilares da socioeducação que são a escolarização e profissionalização praticamente ficaram inertes durante esse espaço de tempo. só freqüentava a sala de aula quando queria, *quando eu ‘não tinha o que fazer’, ia as aulas.* Durante esse tempo ele não recebeu estímulos para ir às aulas dentro dos Centros que passou. E no tocante a profissionalização ele não achava que as oficinas iriam ajudá-lo. Todos os centros educacionais do Estado do Ceará possuem oficinas profissionalizantes, porém elas não cumprem o seu papel, os cursos ofertados não condizem com a realidade atual do mercado de trabalho, ou seja, os ofícios aprendidos não irão garantir o sustento desses jovens ao serem libertados. Elas só servem de ‘passatempo’.

Diante da ineficácia dessas oficinas, esse ano está sendo instalado nos Centros Educacionais, do qual o CECAL foi à primeira casa a recebê-lo, um projeto que estão revitalizando essas oficinas, o que trouxe um novo animo para os jovens, mas analisando os cursos ofertados (DJ, Rádio, Capoeira, Aerografia, e Música) vemos que eles irão encontrar as mesmas dificuldades no mercado de trabalho que as antigas.

Somente na sua quarta internação que surgiram às primeiras mudanças. Essa última foi cumprida no CECAL, que na época estava se preparando para receber o projeto transformando vidas, que visa capacitar e profissionalizar os jovens que cumprem medida de internação. *Eu cheguei com pensamentos de mudança como sempre, só que o CECAL tinha um atrativo a mais a MARISOL.* Diante da possibilidade profissional resolveu aproveitar as oportunidades que a internação estava oferecendo, ele começou a freqüentar as aulas, onde foi incentivado por toda a equipe técnica pedagógica a concluir seus estudos. Durante os três anos que passou interno nessa unidade ele concluiu o ensino fundamental e o médio. Mesmo depois da internação os professores o incentivaram a ir para a faculdade, ele chegou a concorrer uma vaga no Pro-Uni, mas por motivos pessoais ele desistiu.

A efetividade mesmo da internação, só ocorreu com a sua entrada na Empresa Marisol, só com a possibilidade da perda de sua vaga no projeto, ele teve que passar a refletir suas atitudes, depois dos dias de tormentas, aos poucos ele foi se reeducando, tornou-se um jovem consciente de suas ações e decisões. E pronto para voltar ao convívio social. Hoje é funcionário da empresa e trabalha na unidade dentro do CECAL.

A efetividade da medida socioeducativa de internação sugere uma reflexão sobre a educação ofertada. A escolarização deve ser vista como a principal e mais importante ocupação dos adolescentes privados de liberdade, e essa ação necessitam trazer elementos como: a cultura, o esporte, o lazer, atividades lúdicas. Reforços para atrair esses jovens para sala de aula. Os professores poderiam ajudar mais se conseguisse fazer com seus alunos entendam que a educação é para vida toda e não só para complementar seus relatórios ao fim de cada semestre. Acreditamos que esse foi um dos pontos que o CECAL fez a diferença na vida de muita gente.

E a educação deve andar ao lado da profissionalização. Um ponto a ser revisto nessa área é que seria mais proveitoso fazer uma pesquisa com os jovens sobre quais qualificações eles quem/precisam receber, e se elas condizem com absorção do mercado de trabalho, para que assim, elas realmente possam cumprir seu papel, que é dar suporte a esses adolescentes no campo profissional ao saírem da unidade. Outro assunto que o CECAL contribuiu para o sucesso da intervenção do nosso protagonista.

É apenas uma 'gota d'água no oceano', e que foi salva em sua última chance, a proposta de ação educativa aplicada a ele antes, só tiveram o efeito de desintoxicar a sociedade por algum tempo. Em todas as vezes que ele se encontrava em liberdade, durante esse tempo, não encontrou ajuda em nenhuma instancia familiar, social ou governamental que o livrasse da situação em que estava emerso antes das intervenções. A ausência do Estado após a internação foi um fator que contribuiu para as residências dele. Vemos isso na falta de tratamento da dependência química, como na falta de acompanhamento e orientação, após as liberações.

A limitação efetiva das medidas socioeducativas não está somente centrada na instituição em si, mas também em toda a sociedade, que ainda é bastante discriminatória e que não dar oportunidade deles mostrarem que virarão cidadãos.

Acreditamos que a parceria harmoniosa entre Estado, Família e Sociedade deve ajudar esses jovens a perceberem que eles são os sujeitos de sua vida, e que acreditem possam mudá-la para melhor. E que a internação serviu para ampliar horizontes e abrir caminhos para que assim possam buscar novos projetos de vida.

REFERÊNCIAS

'CHACINA DO PANTANAL' TERÁ NOVO JULGAMENTO. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 fev. 2000.

Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/2000/02/13/010045.htm>>. Acesso em 12 de nov. 2012.

ALBERONI, Francesco. **Valores: o bem, o mal, a natureza, a cultura, a vida**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. trad: Mário Gama Kury. 4ªed. Brasília: UNB, 2001.

ARROYO, Miguel. **A Educação para Jovens e Adultos em tempos de exclusão: Alfabetização e Cidadania**. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001.

BERNIK, Vladimir. **Psicofarmacologia do Prazer: Dependências químicas – álcool, drogas e politoxicomanias**.

Disponível em: <http://www.vladimirbernik.med.br/se/?page_id=243>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

BRAGA, Robson. Identidades: o bairro Pantanal ou Planalto Ayrton Senna pela perspectiva do vídeo popular da TV Janela. In: XII Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. 2007. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2008.

Disponível em:

<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/70/GT3_IC_04_Identidades_o_bairro-_Robson.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

BRAGA, Tiago. 88% dos internos são usuários de crack. **O Povo**, Fortaleza, 20 jun. 2012.

Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/06/20/noticiafortalezajornal>

,2258230/88-dos-internos-sao-usuarios-de-crack.shtml>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

CASTILLO, Geraldo. **Educar para a amizade**. São Paulo: Quadrante, 1999.

CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do; MENDEZ, Emílio García. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

DANTAS, Iuri. **Brasileiro considera fácil acesso à drogas**. Brasileiros humanitários em ação. São Paulo, 2008.

Disponível em <<http://www.braha.org/pt/drogas-psicoativas/304>>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

ÉRNICA, Maurício. **Ética**: decidir entre humanos. Educa Rede.

Disponível em

<http://www.educarede.org.br/educa/index.cfm?pg=oassuntoe.interna&id_tema=13&id_subtema=1>. Acesso em 26 de set de 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: O nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife, Imprensa Universitária, 1963.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos**. Teoria, prática e proposta. São Paulo, Cortez, 1979.

GRACIANI, M. S. **Pedagogia social de rua**: análise e sistemática de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire: 1997.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Pequeno Dicionário Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

MAKARENKO, Anton. **Poema Pedagógico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

Marx, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RANGEL, Patrícia Calmon; VAGO CRISTO, Keley Kristiane. Os direitos da criança e do adolescente, a lei de aprendizagem e o terceiro setor. In: ESPÍRITO SANTO. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. **Terceiro Setor: Fundações e entidades de interesse social**. Vitória: CEAFF, 2004

Disponível em: <http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NO CEARÁ, 2002.

RIZZNI, **A Institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios presentes. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; UNICEF; CIESPI, 2004.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem Trauma**. Rio de Janeiro: Record, 2000.